



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 2576/15	DATA: 30/11/2015	
LOCAL: Câmara de Vereadores do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.	INÍCIO: 09h26min	TÉRMINO: 12h03min	PÁGINAS: 53

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FERNANDÃO ANJO DO FUTURO - Vereador do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Prefeito do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. DANILO NARCISO - Secretário Adjunto de Atenção Primária à Saúde do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. ALUISIA BERALDO RIBEIRO - Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. JOEL FONTES - Médico veterinário do Centro de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. RENATA GUIMARÃES FRANCO - Mestre em Direitos Humanos e Políticas de Direitos dos Animais. VALCIR DA ADEMOG - Vereador do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. NILMA SILVA ANTUNES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Julgamentos da Prefeitura do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. TATIANE TEBERGES - Representante da ONG Apelo Canino. EDVALDO FREITAS FRANCISCO - Coordenador do Centro de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. DÉLCIO CÉSAR CORDEIRO ROCHA - Professor-adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG. EMERSON MARTINS DA SILVA - Tenente da Polícia Militar Ambiental do Estado de Minas Gerais. EUGÊNIO TEIXEIRA DA COSTA - Médico veterinário.
--

SUMÁRIO

Ampliação do debate sobre os maus-tratos de animais.

OBSERVAÇÕES

O início da reunião não foi gravado.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve exibição de imagens.
Há orador não identificado em breve intervenção.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Houve exibição de vídeo.
O fim da reunião não foi gravado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - ... Direitos Humanos e Fundamentais; a Sra. Marília Rocha, médica veterinária; e o Sr. Danilo Narciso, Secretário-Adjunto de Atenção Primária à Saúde de Montes Claros.

Convido a tomar assento à mesa a Exma. Sra. Deputada Federal Raquel Muniz, que já está aqui; o Exmo. Sr. Vereador Fernandão, representante da Câmara Municipal; o Exmo. Sr. Prefeito de Montes Claros, Ruy Adriano Borges Muniz; e a Dra. Promotora do Meio Ambiente, Aluisia Beraldo Ribeiro. *(Palmas.)*

Convido a tomar assento à mesa também o Tenente Emerson, da Polícia Militar Ambiental. *(Pausa.)*

Convido todos os presentes a ficarem de pé, para a execução do Hino Nacional brasileiro.

(É executado o Hino Nacional. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Gostaria de registrar a presença dos Vereadores Edmilson Magalhães, Edwan do DETRAN, Fernandão, Valcir da Ademoc, Sérgio Pereira, Eduardo Madureira; do IVA — Instituto Vida Animal, o Presidente Paulo Roberto Oliveira; da Apelo Canino, a Presidenta Márcia Valadares; o Prof. Délcio Cordeiro, dos Jovens Educadores Ambientais — JEA, da UFMG; da OVIVE — Organização Vida Verde, o Sr. Sóter Magno Carmo; da FUNORTE — Faculdades Integradas do Norte de Minas, o Sr. Daniel Ananias e Raul Dornas, do curso de Veterinária.

Quero registrar a presença da Polícia Militar Ambiental, na pessoa do Tenente Emerson, do canil da Polícia; da Guarda Municipal; e os Protetores Independentes.

Quero convidar o Vice-Prefeito de Montes Claros, Sr. José Vicente, a tomar assento à mesa. *(Palmas.)*

Antes de darmos início ao seminário, quero só explicar a todos os presentes que a CPI de Maus-Tratos de Animais foi criada há aproximadamente 80 dias. A criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito é uma luta que vimos tendo desde 2011. E o seu resultado, o relatório, está praticamente pronto. Já temos a primeira base do relatório. Esse relatório só vem a comprovar o que já sabíamos desde a sua criação: que inexitem no Brasil políticas públicas que tratam dos direitos dos animais. Vemos um Código Penal vago, que não trata e não tipifica o que são maus-



tratos aos animais, com penas brandas. Vemos um Código Civil que trata ainda o animal como uma coisa e não como um sujeito de direito.

A CPI quer tomar medidas propositivas, por meio de projetos de lei que alterem essas realidades. Não vemos da parte do Governo Federal ajuda nenhuma aos Municípios para tratar da questão de castração. Hoje, se a Deputada Raquel Muniz, por exemplo, quiser fazer uma emenda aqui para o Município, a fim de permitir que se faça castração, que se crie um centro de zoonose, que se traga um castramóvel, não pode. Não existe rubrica no Orçamento da União.

Foram fatores determinantes para a abertura desta CPI diversos casos de maus-tratos que foram constatados. O relatório está indiciando diversas pessoas, mas, mais do que indiciar e punir os culpados pelos casos que já aconteceram de maus-tratos, o que esta CPI quer é trazer à tona a discussão tanto no Congresso Nacional como na sociedade de que os animais têm direitos e merecem ser respeitados. Eles sentem, sofrem, têm dor e merecem o mínimo de direito. E é isso o que estamos fazendo através de proposições legislativas.

Quero fazer uma homenagem à Deputada Raquel Muniz, que tem participado constantemente conosco na CPI. Posso dizer que é uma das Deputadas mais atuantes nesta CPI. Participou comigo de várias visitas. Fomos a diversos lugares do Brasil. Estivemos em Barcarena, onde afundaram os barcos com os bois; estivemos em Pernambuco; estivemos em diversos lugares do Brasil, constatando casos de maus-tratos. A Deputada tem-se demonstrado sempre presente, sempre atuante, sempre propositiva. Preciso dizer isso, claro, principalmente porque estamos na terra da Deputada Raquel Muniz. Mas esse é um testemunho verdadeiro. É uma das Deputadas mais atuantes da CPI de Maus-Tratos de Animais.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O tempo concedido a cada um dos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados.

Concedo a palavra, para as suas saudações, ao Sr. Vereador Fernandão, representante da Câmara dos Vereadores.



O SR. FERNANDÃO ANJO DO FUTURO - Bom dia a todos os presentes. Quero saudar todos os representantes, todos os Secretários, enfim, todos os que fazem desta Assembleia uma realidade. Se estão aqui, é porque de fato estão preocupados com as diretrizes e o futuro desses animais, muitas vezes precarizados por nós próprios, que somos os donos desses animais, precarizados muitas vezes por aqueles que levam esses animais de menor porte para tomar conta, e não conseguem tomar conta, e isso também acontece na maioria das vezes com os animais de grande porte.

Estamos vendo uma covardia imensa em torno da nossa cidade, nos lotes baldios: esses animais sendo maltratados, muitas vezes amarrados de forma indevida.

Quero saudar a Mesa, na pessoa do Prefeito, o Tenente Emerson, o nosso Deputado Ricardo, a nossa Promotora Aluisia, o Vice-Prefeito José Vicente e, é claro, parabenizar a Deputada Raquel Muniz, muito mais do que saudá-la, nobres Vereadores aqui presentes. Ela veio trazer essa discussão a Montes Claros.

Esta Casa tem sido palco de inúmeras discussões nesse sentido, muitas vezes trazidas pelos Vereadores, a exemplo do Vereador Valcir, do Vereador Sérgio. Enfim, esta Casa tem tido uma batalha constante em prol de uma qualidade melhor de tratamento e, por que não dizer, de vida desses animais.

A Deputada Raquel, mais uma vez, acertadamente, traz Montes Claros ao palco inicial de uma discussão imensa, em que todos vocês representantes de ONGs vão ter o espaço, vão ter a oportunidade de problematizar essas fundamentações para as quais precisamos estar bem preparados, e às vezes elas não nos chegam, a fim de que possamos continuar a discutir esse tema.

A Deputada deu o pontapé inicial. Mas tenho certeza de que a Câmara Municipal de Montes Claros continuará, Prof. Daniel, junto com vocês nessa luta, para chegar a essa vitória que tenho certeza que não é dos animais, mas, sim, de todos nós que temos carinho e respeito ao próximo, seja humano, seja animal.

Muito obrigado. Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra à Deputada Raquel Muniz, coautora do requerimento de realização deste seminário.



A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Bom dia a todos os senhores e a todas as senhoras. Quero saudar o Presidente desta importante CPI, o Deputado Ricardo Izar, grande lutador pelos animais no Brasil, juntamente com o nosso Relator Ricardo Tripoli, que não está aqui presente porque está participando da Conferência do Clima, em Paris. Os dois Parlamentares têm sido os representantes legais dos animais na Câmara Federal.

Esta CPI trouxe um aprendizado muito grande. Estou iniciando como Deputada Federal neste ano e posso dizer que vi esta CPI nascer a partir do momento em que estávamos em São Paulo, acompanhando esses dois grandes Deputados apresentarem à Câmara Federal a necessidade de se criar esta CPI. Eu a vi nascer. Eles já trabalham há muito mais tempo nessa causa. Eu resolvi me juntar a eles pela competência que têm. Eu os tenho acompanhado em várias visitas, em vários seminários. Insisto em dizer que há um pedido para que esta CPI se prorrogue, há vários pedidos no Brasil inteiro no sentido de que façamos uma visita. Ontem mesmo, pela imprensa, vocês acompanharam que parte da nossa CPI estava em Belo Horizonte, fazendo uma visita no mercado. E hoje eles já estão aqui. Agradeço também aos assessores da Câmara Federal. A Câmara se transferiu para cá através dessa importante CPI.

Estamos realizando aqui um seminário. E eu venho falando muito lá na Câmara sobre a nossa mudança de conceito. Digo que sou médica, formada aqui em Montes Claros. Trabalhei no HU durante muito tempo. Recebi vítimas de mordida de cão, picada de escorpião, picada de cobra. A partir desta CPI e também a partir do momento em que a FUNORTE trouxe o Curso de Veterinária para cá, a partir de leitura profunda sobre esse tema, da literatura mundial e brasileira, e vendo as mudanças que estão ocorrendo no mundo, efetivamente tenho mudado os meus conceitos.

Uma cobra antes chegava morta ao hospital. Hoje, oriento que não. Vi o nosso Parque de Lapa Grande pegar fogo. Tenho uma preocupação com essas cobras. Elas compõem o meio ambiente.

Dentro do laboratório do Curso de Veterinária, aprendi com os meus alunos, e vários estão aqui. Aprendemos também com os alunos. No grande *campus* da FUNORTE, cheio de árvores e pedras, eles resgataram uma cobra, e ela estava



machucada. Eles cuidaram dela e a devolveram ao meio ambiente. Isso é mudança de conceito. Às vezes, eu recebia a pessoa picada de cobra, tinha preocupação em dar o soro, enfim, de cuidar dessa pessoa, e às vezes não tínhamos essa preocupação com a cobra.

Então é preciso mudar conceito. Hoje o mundo avançou, há o meio do transporte. Não podemos colocar carga nos animais. Os animais têm sentimentos. Os animais não suportam um trabalho exaustivo de sol a sol.

Este seminário tem esse importante papel. E aqui vejo muitos representantes da área de educação. Quero fazer um pedido ao nosso Presidente, Deputado Ricardo Izar — S.Exa. acumulou todo um material, um material grande, uma cartilha que passa para o Brasil inteiro: que pudéssemos fazer esse trabalho aqui também nas nossas escolas. Com os adultos é mais difícil. Eu tiro por mim, que demorei tanto — já na maturidade, já avó — para mudar alguns conceitos com relação aos animais. Mas eu tenho muita fé que, com as crianças, possamos fazer essa mudança verdadeira de que o mundo hoje precisa.

Chorei muito durante esta CPI ao ver que falta a animais algo de que precisam para viver, que é a água. Em nossa região, o maior mau trato que um animal pode sofrer é a falta de água para beber.

Chorei também no Pará, quando vi um rio lindo — como eu não sou acostumada com o mar, para mim aquilo não é um rio, é tão grande que para mim parece o mar —, e esse rio estava contaminado por causa de 5 mil bois encalhados. O Deputado Ricardo lembra que as mulheres não queriam me deixar ir embora. Ele me ajudou a vir embora. Elas disseram: “*A Deputada não pode ir. Vocês só podem ir depois que forem tirados os animais do rio.*” Com a nossa Comissão lá, conseguimos mobilizar o Exército, os bombeiros e Ministérios, para que as pessoas recebessem água mineral. Efetivamente, até hoje digo que estou chorando pelo Pará, porque até hoje o Governo não conseguiu tirar os animais daquele navio.

Então, são muitos Brasis, minha gente. Choramos pela falta de água aqui e choramos também pela água contaminada pelo homem.

Quero que vocês, neste seminário, abram o coração. Este evento é suprapartidário, estão aqui Vereadores de diversos partidos. A luta é uma só: a luta pelos animais, a luta pela mudança de conceitos. O meu trabalho vai ser muito sobre



essa questão no norte de Minas, Deputado Ricardo. Todo o material acumulado por esta CPI, toda a experiência vivenciada vai permitir que nos juntemos aos órgãos, às instituições, aos ativistas e a cada morador de Montes Claros que na sua casa tem um animal e tem que aprender a cuidar desse animal.

Muito obrigada a todos vocês. Quero agradecer, em especial, ao Prefeito Ruy Muniz. Tenho certeza de que, quando convidamos o Prefeito, vêm todas as suas Secretarias envolvidas nessa questão, que vão efetivamente poder nos ajudar. Mesmo com essa crise que estamos vivendo no Brasil inteiro, confiamos no setor público. O Ruy, mesmo com essa crise, tem feito muito por Montes Claros, e vamos dar uma resposta para os animais na gestão do Prefeito Ruy.

Agradeço também à Promotoria do Meio Ambiente, nossa grande parceira, representada pela Dra. Aluisia Beraldo Rodrigues. Solicitei a ela uma cartilha sobre os direitos dos animais, que vocês estão recebendo. Essa cartilha vai ser revisada, e ano que vem poderemos produzi-la num modelo adequado, já com a legislação de Minas Gerais incluída. Mas eu já queria trazê-la neste primeiro seminário, para que vocês pudessem, junto conosco, ajudar a elaborar um melhor modelo para a nossa cidade e região.

Agradeço ao Tenente Emerson, da Polícia do Meio Ambiente, que tem feito um trabalho fantástico, especialmente com essa preocupação na área da educação.

Agradeço ao Secretário de Meio Ambiente, Edvaldo Marques, e ao nosso Vice-Prefeito, José Vicente.

Quero agradecer ao Paulo Roberto, Presidente do Instituto Vida Animal — IVA, que me deu o exemplo de um comportamento que eu e os Deputados da CPI lutamos muito, no primeiro semestre, para criminalizar através de leis. Quando eu dava o exemplo dele, as pessoas ficavam chocadas. Paulo me disse que um homem, para agredir uma mulher aqui na nossa cidade — há ocorrência disso —, pegou seu animalzinho e o jogou na parede. Dei lá esse exemplo, para elaborarmos, efetivamente, leis que possam criminalizar aqueles que cometem maus-tratos a animais.

Agradeço ao Sóter Magno, da ONG Organização Vida Verde — OVIVE. O Sóter também participa do Projeto Vidas Áridas, e já esteve na Comissão para revitalização do São Francisco conosco, junto com os jornalistas Geraldo Humberto



e Délio Pinheiro. Eles fizeram uma brilhante exposição para o País, expondo a nossa situação de seca, através de fotografias e também da importante fala na Comissão.

Saúdo o Geraldo Edson, nosso Secretário de Governo; o Délcio Rocha, da UFMG, grande parceira também; o Dr. Danilo Narciso, Secretário de Atenção Primária à Saúde; a Marília Rocha, veterinária do Centro de Controle de Zoonoses de Montes Claros; a Renata Franco, professora de Direito, grande estudiosa na área de direito dos animais. É importante que vocês conheçam a Renata, ela é professora universitária e tem doutorado na área de Direito animal.

Agradeço ao Edvaldo Freitas, coordenador do Centro de Controle de Zoonoses; ao professor Daniel Ananias, coordenador do curso de Veterinária; aos alunos aqui presentes dos cursos de Direito, de Veterinária e de tantos outros cursos que se interessam por esse tema.

Quero agradecer também a uma das grandes damas de Montes Claros e grande protetora dos animais. Há duas pessoas muito importantes que cuidam dos animais nesta cidade. O nosso hospital veterinário faz hoje várias cirurgias, como a de recuperação de lábio leporino e a cirurgia uterina. Enfim, cuidamos dos animais lá. E no hospital há uma sala com o nome dela, muito merecidamente. Ela está presente aqui hoje, a nossa querida Cleonice Laughton. *(Palmas.)*

Existe também, Deputado Ricardo Izar, um grande benfeitor de Montes Claros, que tem um espaço próximo da cidade, que cuida de mais de 100 cães que ele resgata das ruas. Ele cuida desses cães a vida inteira. Lá também há um cemitério para esses animais. Ele, o grande jornalista Américo Martins, também tem seu nome lembrado no hospital veterinário. Com certeza, essa grande figura na nossa cidade está torcendo muito pelo nosso seminário.

Cumprimento aqueles que sempre estiveram aqui na Câmara. Por 2 anos acompanho a presença dos representantes de várias entidades que cuidam dos animais em Montes Claros, que estão lutando junto conosco para que durante o mandato do Ruy possamos ter vários avanços. Olhando nos olhos de vocês, posso dizer que vai haver muito mais do que vocês estão precisando. Agora sou Deputada Federal, e junto com o Deputado Ricardo Izar vamos efetivamente conseguir, com esta CPI, não só fazer um relato de como está o Brasil, mas efetivamente fazer leis.



Também acharemos uma forma de conseguir efetivamente colocar uma emenda nessa área. Por isso estou dizendo que os seminários e os debates da nossa CPI trarão um resultado final muito importante para o Brasil.

Para finalizar, eu queria dizer a vocês algo que falei no dia da leitura do nosso relatório. Os nossos assessores da Câmara e os Deputados ouviram, e vou repetir para vocês, porque pode ser que alguém não tenha acompanhado. Eu disse que há uma Primeira-Dama no sul do País, cujo Estado é mais desenvolvido, que trabalhou na Secretaria de Desenvolvimento Social, conduzindo programas sociais importantes do Governo. Essa Primeira-Dama fez esse trabalho por muitos anos, mas percebeu que poderia atuar em outra área onde ela seria mais útil. Ela insistiu com o marido e elaborou um modelo para o Brasil, criando a Secretaria Especial dos Direitos Animais, a SEDA. Hoje, a Regina Becker é uma pessoa conhecida mundialmente, tornou-se até Deputada Estadual com essa bandeira, e esteve na Câmara dos Deputados falando a esta importante CPI. Ela falou de todas as dificuldades que teve para implantar aquela Secretaria, de como as pessoas diziam que o marido estava criando uma secretaria especial para ela. Ela teve que mostrar muito trabalho. Não foi fácil, porque ela não tinha dotação orçamentária, tinha que solicitar veterinários à Secretaria de Saúde, tinha que solicitar procuradores e advogados de outras Pastas da Prefeitura. Enfim, hoje essa é uma realidade, e ela mostra esse modelo para o Brasil.

Continuo Primeira-Dama, sou Deputada. Estou vendo tantos modelos nessa minha história vivenciada na Câmara dos Deputados, e quero deixar meu legado para vocês, especialmente para aqueles que cuidam voluntariamente de animais. Dentro da Prefeitura há uma pessoa muito bacana, que todos os dias cuida dos animais de rua que ali chegam. É esse exemplo de carinho que vemos em vocês que queremos devolver com muito trabalho e dando respostas a vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem a palavra o Sr. Prefeito de Montes Claros, Ruy Adriano Borges Muniz.

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Muito bom dia a todos e a todas. Cumprimento com alegria especial o Deputado Ricardo Izar, Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, que tão bem preside a CPI de Maus-tratos de Animais.



Seja bem-vindo à nossa cidade, Deputado Ricardo!

Cumprimento também a Deputada Federal Raquel Muniz e a parabenizo pela iniciativa de trazer esse seminário para Montes Claros. Parabenizo-a também pelo seu trabalho e pelas suas palavras.

Cumprimento o Vereador Marcos Nem, Presidente da Câmara de Montes Claros, a quem agradeço a cessão deste espaço.

Cumprimento o meu Vice-Prefeito José Vicente Medeiros, que é um grande comunicador e radialista.

Cumprimento também a Dra. Aluisia Beraldo Rodrigues, Promotora de Justiça que defende o meio ambiente. Muito obrigado pela presença.

Cumprimento o Tenente Emerson, representando aqui a Polícia Militar Ambiental.

Cumprimento todos os Vereadores aqui presentes, representados pelo Vereador Valcir da Ademoc. Parabenizo o Valcir, porque a entidade da qual ele é Presidente de Honra foi contemplada, Deputado Ricardo Izar, com o reconhecimento como modelo de entidade de inclusão no Brasil, e recebe dia 3 de dezembro um prêmio nacional como entidade modelo, como entidade de referência. Parabéns, Valcir!

Cumprimento todos os funcionários públicos aqui presentes, representados pelo competente Edvaldo Freitas, Coordenador do Centro de Controle de Zoonoses.

Cumprimento todos os meus Secretários, representados pelo Secretário Municipal de Articulação Política, Dr. Farley Soares Menezes.

Meus amigos e minhas amigas, as pessoas falam em defesa dos animais, mas eu quero ampliar isso. É óbvio, precisamos defender o meio ambiente, defender a nossa casa, defender o ecossistema. Quem estuda Biologia sabe que existem as cadeias alimentares, as teias alimentares, que começam com os produtores. Esses são aqueles que produzem, que fazem fotossíntese, que produzem alimento através da luz solar, da água e do CO₂. Depois, há consumidores primários, secundários e terciários, e os decompositores, que retornam a matéria ao sistema, fechando seu ciclo. Então, existe o ciclo da água, o ciclo do carbono, o ciclo de cada componente químico. Nós, seres humanos, fazemos parte da fauna, que junto com a flora forma um conjunto de seres chamado de bioma. Isso move a natureza. Quando há um



desequilíbrio, com qualquer ente dessa cadeia sendo danificado, sendo prejudicado, esse processo é atrapalhado. Por exemplo, se há reprodução descontrolada, ocorre superpopulação, o que é prejudicial.

O que está acontecendo nas grandes cidades hoje é a superpopulação canina e felina. É preciso haver controle dessa natalidade. Já foi definido que o caminho é controlar. A espécie humana faz isso, quando as mulheres têm um filho, dois filhos ou três filhos, e fazem ligadura de trompa, ou os homens fazem vasectomia. Senão, haveria superpopulação humana. Hoje, somos 7 bilhões de pessoas. Grandes países como a China e outros da Europa também fazem controle de natalidade. O Brasil também tem uma política de controle da natalidade, de planejamento familiar. É preciso também fazer esse trabalho junto aos animais.

Aqui em Montes Claros, estamos traçando uma política pública para isso. Não é uma política demagógica, sem consistência e sem sustentabilidade, mas com sustentabilidade.

O ideal seria que os serviços públicos funcionassem bem, que houvesse uma estrutura legal que os permitisse fazer esse serviço. Mas, infelizmente, sabemos quanto isso é difícil para as entidades 100% públicas, geridas pelo poder público, diante de uma Constituição que engessa, que é até mesmo atrasada em alguns aspectos, que dá mais direitos do que obrigações a determinados segmentos da sociedade.

Então, Deputada Raquel Muniz, atendemos às reivindicações das pessoas, das lideranças, das ONGs, do Ministério Público — várias vezes já conversamos sobre isso —, da própria Deputada Raquel e dos Vereadores aqui presentes. Há vários Vereadores que defendem essa causa e que nos pediram que fizéssemos o projeto. Arranjamos o terreno e achamos o lugar ideal. O Dr. Danilo Narciso e o Edvaldo vão poder falar com mais propriedade disso. Arranjamos um espaço lá no Centro de Zoonoses, foi feito o projeto, fizemos a licitação, contratamos a empresa vencedora, que se chama Construtora Línea.

Nesta cerimônia, quero pedir aos Deputados Ricardo Izar e Raquel Muniz espaço para homologarmos a licitação, autorizando a construção do centro municipal de esterilização, de castração de gatos e cachorros, que era uma



reivindicação muito grande das lideranças. Vamos fazer nesta manhã a homologação dessa licitação. (*Palmas.*)

Como eu disse há pouco à Dra. Aluisia e também à Márcia e a outras lideranças que defendem essa política pública, nós temos estabelecimentos em Montes Claros com capacidade técnica, com *know-how*, com profissionais que têm mais agilidade e que podem, sim, prestar esse serviço à Prefeitura de Montes Claros.

Fizemos também uma chamada pública, e compareceram, Paulo Roberto, quatro clínicas especializadas para fazer esse tipo de cirurgia nos cachorros machos e fêmeas. E eu quero cumprimentar um dos vencedores, o Dr. Eugênio. A clínica dele foi habilitada a fazer esse serviço para a Prefeitura, bem como as outras clínicas que serão homologadas para isso também. Nesse caso, nós vamos contratar 4 mil cirurgias em cachorros, sendo 2 mil delas em machos e 2 mil em fêmeas. Vamos investir 1 milhão de reais, porque cada castração ficou em torno de 250 reais, e vamos enviar também essa ordem de serviço para que iniciemos o mais rápido possível.

Além disso, o que o Poder Municipal pode fazer — e é obrigação nossa fazer — é priorizar recursos para fazer essa política pública de controle da natalidade da população canina e felina. Nós também, como empresário, criamos um curso fantástico, que é o curso de Medicina Veterinária. Esse era o único curso na região. Agora temos também esse mesmo curso na cidade de Salinas, através da UNIMONTES. Então, são dois cursos, que formam profissionais, e um hospital veterinário que é tão bem dirigido pelo Dr. Daniel Ananias. Inclusive, nós queremos fazer um convênio para que também possam fazer, além dessa cirurgia de castração, outros tipos de cirurgia.

Meus amigos e minhas amigas, não basta ficar no âmbito dos cães e dos gatos. Realmente, D. Clarisse Laughton, os cães e gatos são o amor e o aconchego de muitas pessoas. Todo mundo tem carinho por eles. Temos que nos preocupar com eles e olhar muito por eles, mas há os grandes animais, que nós não podemos deixar de lado.

Em Montes Claros, Deputado Ricardo Izar, nós ainda estamos na contramão, no século XVIII, com relação ao transporte por tração animal. Eu queria aproveitar



esta CPI, com a presença do Presidente da Câmara Municipal e dos Srs. Vereadores, para nós termos a coragem de tomar uma decisão que já é unânime em todo o Brasil. Não existe uma capital do Brasil que permita o transporte por tração animal, por carroça. Carroça é coisa do passado, não pode predominar no centro da cidade, nos bairros centrais, nem mesmo nos bairros periféricos. Isso deveria se extinguir.

Hoje uma carretinha, uma moto, uma picape são muito baratas. É possível comprá-las em 24, 36, 48 ou 60 meses. Pelo FINAME, dá para comprar em cem meses! É possível a qualquer pessoa que queira fazer transporte de materiais, de entulhos, de resíduos, adquirir isso. Não é concebível ver a maldade que fazem com os burros aqui na nossa terra. Há em todos os lugares de Montes Claros.

Nós temos quase 40 centros de recebimento de entulhos. Entre essas pessoas, há até funcionário público! Eu conheço carroceiro que é soldado, eu conheço carroceiro que é funcionário municipal. Eu achava que havia apenas 500 carroceiros em Montes Claros, mas, quando nós analisamos, constatamos que há mais de 5 mil pessoas que vivem desse transporte e exploram as pessoas. No bairro Jardim São Luiz, no bairro Ibituruna, ocorre a desfaçatez de moradores de grande poder aquisitivo: contratam carroceiros, pagam a eles 50 reais para tirar o entulho de suas casas, e os carroceiros atravessam a avenida e jogam tudo numa rua principal do bairro, numa das ruas principais do bairro Ibituruna, no fundo do Colégio Padrão. Eles fazem ali um centro de entulho em rua asfaltada! É um absurdo acontecer isso.

Nós não temos nada contra os carroceiros, mas temos contra as ações deles. Se depender de mim, mando esse projeto na terça-feira para os senhores porem fim a esses maus-tratos que acontecem diante dos olhos de todos aqui. Todo mundo se acomoda, todo mundo acha que não pode, porque há eleição, porque eles votam, porque eles são líderes.

Gente, não pode ser assim! Se quiserem fazer uma ação boa aqui, vamos proibir o transporte por tração animal no Município de Montes Claros. Essas pessoas vão encontrar outras rendas, outro meio de viver. Eu mesmo publico, simultaneamente com essa lei, um edital para contratar todos aqueles que quiserem fazer a coleta seletiva em nossa cidade. Contrato todos eles com carretinha, com



moto, Dra. Aluisia, para eles montarem uma empresa, ou uma cooperativa, para fazerem as coletas seletivas. Substituição de renda, isso é possível fazer.

Agora, nós não podemos fechar os olhos diante dessa maldade, desse crime contra os animais. Vocês precisam ver como os carroceiros maltratam os animais! Ao lado da linha na Avenida São Judas, todas as semanas nossa equipe dos serviços urbanos vai lá e limpa, tira tudo. Tem lá o casco. Há quatro caçambas para eles jogarem. O pessoal chega e fala assim: *“que nada, vou jogar aqui na beira da linha”*. Tiram o animal, viram a carroça, jogam o animal para lá, e dali a pouco o pegam de novo. É uma maldade atrás da outra, na cara da população de Montes Claros, no rosto dos Srs. Vereadores, na visão deles.

Tenham a coragem de fazer o certo, garotos! Vamos tomar coragem de aprovar essa lei aqui proibindo isso. Vão a Belo Horizonte para ver se acham carroça, vão a São Paulo para ver se acham isso na região central, vão a Brasília para ver se acham, ou ao Rio de Janeiro. (*Palmas.*) É um absurdo uma cidade de 400 mil habitantes, a quinta cidade de Minas Gerais, ter isso. As pessoas têm medo de eles conspirarem, porque são fortes. O que é isso? Forte é o povo, forte é o direito dos animais, forte é o direito que nós, seres humanos, temos. Não podemos ver isso acontecer.

Proponho isso, meus amigos, e, se a bancada aprovar, encaminharei rapidamente. Faremos isso ainda este ano para dar um exemplo aqui de efeito prático da CPI, Deputado Ricardo Izar. Isso vai servir para impactar a nossa cidade.

Já avançamos, temos que constatar isso. O Marcelo, que é Presidente da ONG Amigo do Bicho e trabalhou muito tempo com o Vereador Valcir, já ajudou, por exemplo, no que se refere à apresentação de animais em circo. Por exemplo, hoje não pode mais circo se instalar em Montes Claros com qualquer apresentação de animais. Isso é uma lei federal, mas foi regulamentada aqui, de autoria do Vereador Valcir. Não pode mais nenhum circo vir se apresentar em Montes Claros explorando, maltratando animais. Isso foi um avanço.

Outro avanço na questão dos animais também é a maior participação das pessoas, uma atuação especialmente do Ministério Público. Presentes, eles têm feito trabalhos no mercado, nas exposições agropecuárias.



Existe um esporte que tem avançado muito em Montes Claros, que a Prefeitura tem apoiado muito — bem como o Zé Vicente, que é um homem de origem rural, os Vereadores de base rural, como o Marcos Nem, Serginho Pereira, Diu Andrade, Idelfonso — a cavalgada, um esporte saudável, que aos finais de semana está mobilizando milhares de pessoas. São avanços que acontecem aqui. Os rodeios nas exposições agropecuárias já foram reduzidos e tendem a se reduzir mais se houver alternativa. E a cavalgada é um esporte saudável, bacana, que nós precisamos apoiar, de confraternização da família, de volta do homem da cidade ao campo. São coisas muito positivas.

Por último, Deputado Ricardo Izar, eu queria agradecer mais uma vez a presença dos senhores aqui, a presença desta CPI que desperta, que é educativa, que mostra para as pessoas que não estamos na contramão.

Quando eu assumi, em 2013, e comecei a brigar com os carroceiros, as pessoas diziam que eu era isso e aquilo. Não é essa a questão, é porque isso é desumano.

Não pode existir isso, gente! Eu tinha que agir, tinha que regulamentar. Hoje eu acho que não há diálogo que resolva isso. O que temos de fazer é suspender imediatamente, rapidamente, a partir de janeiro, essa prática de transporte movido por tração animal.

Mas eu queria falar do caráter pedagógico da CPI. Quando vocês vêm e falam, a imprensa percebe que não é loucura; o Ministério Público fala, e as pessoas começam a verificar que esse é o caminho.

Nós precisamos, sim, cuidar dos humanos: dar boa saúde, dar boa educação, fazer com que os direitos da mulher e dos idosos sejam respeitados, apoiá-los, fazer políticas públicas que favoreçam esses segmentos. Mas quem é ser humano sensível tem que saber que o animal tem uma vida igualzinha à nossa, é um ser dotado de direitos igual a nós humanos. Eles têm direitos, gente! Têm direito à vida, direito à alimentação, direito à segurança, direito a um abrigo, direito a controle de natalidade. Eles têm direitos, e nós temos que respeitar esses direitos e fazer a nossa parte.

Nós somos o poder hoje. Eu sou Prefeito de Montes Claros. O José Vicente é Vice-Prefeito de Montes Claros. A Dra. Aluisia é o poder hoje: é o Ministério Público,



que fiscaliza; é advogada da sociedade, para defendê-la; é advogada dos animais; é advogada do meio ambiente, e está aí na sua defesa. A Raquel é Deputada Federal da região; o Ricardo é Deputado Federal de São Paulo, do Brasil, e está aqui defendendo. A Câmara Federal está aqui presente; a Câmara Municipal está aqui presente. Então, todos nós somos representamos o poder. A sociedade está aqui muito bem representada por vocês, muito bem representada pelas ONGs. Então, nós somos os poderes.

Nós podemos fazer isso, e não é amanhã, não! Nós podemos fazer isso hoje, Geraldo Edson! Nós podemos fazer isso hoje, Toninho da Cowan! Nós podemos mudar as regras do jogo, para oferecer mais segurança e muito mais harmonia, muito mais equilíbrio ao nosso ecossistema.

Por fim, quero fazer um compromisso aqui, de público, a pedido da Deputada Raquel Muniz. Ela pediu, ouvindo o Conselho do Lapa Grande, ouvindo também o Soter, da OVIVE — Organização Vida Verde... E está liberada, Soter, a visita de vocês, a inspeção, depois do grande desastre que nós tivemos agora com a seca.

Nós temos um parque aqui, Ricardo. São 12 mil hectares dentro do Município — aliás, 15 mil hectares, porque se ampliou agora em mais 3 mil. São 15 mil hectares dentro da cidade, do perímetro urbano, em grande parte. E é um parque maravilhoso, onde estão as nascentes dos nossos rios, onde Montes Claros busca água. É muito legal lá. É uma reserva do Cerrado, da Caatinga. É fantástico!

Nós vivemos uma seca prolongada. Tivemos um incêndio que destruiu quase 4 mil hectares do parque. Foi uma perda, assim, irreparável. E o Soter e outros ambientalistas pediram para nós cedermos o helicóptero da universidade — está cedido —, para fazer o plantio nas áreas de difícil acesso. Pode contar com a FUNORTE, com a SOEBRAS, com a UNICA, com a Deputada Raquel, com o Prefeito Ruy Muniz, para nós ajudarmos.

Pode marcar, Dra. Aluisia, na próxima reunião do Conselho, para fazer um sobrevoo lá. Sobrevoar, fotografar, registrar esse acidente. E vamos aproveitar esse voo — ou esses voos — para jogarmos as sementinhas dos frutos do Cerrado, para que elas nasçam e deem flores de novo, produzam árvores, para que os animais possam voltar a se reproduzir, a ocupar o espaço, para nós recompormos a fauna e a flora do Parque da Lapa Grande.



Muito obrigado. Parabéns à Câmara dos Deputados pela presença em Montes Claros! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço ao Prefeito Ruy e fico até feliz de ver o resultado da CPI já com esse projeto das carroças.

Eu queria registrar a presença da coordenação dos acadêmicos do curso de Direito da FUNORTE e registrar a presença do Vereador Marcos Nem, Presidente da Câmara Municipal.

Concedo a palavra, por até 20 minutos, ao Sr. Danilo Narciso, Secretário Adjunto de Atenção Primária à Saúde.

O SR. DANILO NARCISO - Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Ricardo, na pessoa de quem eu cumprimento toda a Mesa. Agradeço o prestígio de termos tão distinta personalidade em nossa cidade. E, realmente, agradeço a oportunidade desta CPI.

Na verdade, eu gostaria de aproveitar o meu tempo não só para ratificar o que o Prefeito já falou em termos de avanços na nossa cidade com a licitação da castração, que já está em processo bastante adiantado, e com a homologação da construção do centro cirúrgico também, que vai dar um adianto nessa fase, mas também para trazer, aproveitando até a oportunidade de estarmos aqui numa Câmara Municipal, a notícia de que já deu entrada na Câmara — e alguns Vereadores já estão sendo visitados pelo nosso pessoal da Vigilância Sanitária, porque estaremos debatendo-o aqui, em breve — o Código Sanitário de Montes Claros.

Nesse Código, um documento, na verdade, de mais de 115 páginas, estão contempladas várias questões relacionadas ao trato dos animais, inclusive a proibição do trânsito de veículos de tração animal. No projeto original, ela está prevista em áreas a serem determinadas ainda, principalmente nas áreas centrais. Os Vereadores vão discutir isso para, quem sabe, decidir.

Também está contemplada a fase de educação para a guarda responsável, está contemplada a colocação de *microchip* em todos os animais. Isso é interessante, porque, uma vez que nós colocarmos *microchips* nos animais, quando eles estiverem na rua, no ambiente público, uma vez capturados, será possível identificar quem é o dono, porque, através do *microchip* nós identificamos o



proprietário. Então, isso vai fazer com que nós possamos, inclusive, acionar esse dono e fazer com que ele cumpra com a sua responsabilidade.

Esse Código traz diversas questões relacionadas a isso, às responsabilidades do dono, ao tráfico de animais, à criação de animais, à proibição de criação de animais, principalmente, para a produção de carnes e ovos, no ambiente urbano. Traz também a regulamentação da criação dos animais que não são para produção. Enfim, vai ser uma oportunidade ímpar para o nosso Município, um dos primeiros do Brasil, inclusive, que vai ter o Código Sanitário aprovado.

E eu venho fazer da minha fala justamente uma oportunidade para chamar a atenção dos nossos colegas Vereadores — não é, Fernandão, que já está acompanhando esse projeto nosso —, para que nós possamos, de forma definitiva, regulamentar tudo o que está relacionado à criação de animais em nosso Município.

Era isso o que eu tinha para falar.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra à Dra. Aluisia Ribeiro.

A SRA. ALUISIA BERALDO RIBEIRO - Muito bom dia a todos. Vou cumprimentá-los na pessoa da Exmo. Sr. Deputado Federal Ricardo Izar. É um prazer para nós de Montes Claros termos um Deputado Federal à frente de uma CPI desta envergadura, de importância para todos nós, para reforçar essa luta que vem sendo travada há muito tempo pelos protetores independentes, pelas diversas associações de proteção aos animais que nós temos no nosso Município, e, com isso, só engrandecer esse rico debate que nós temos travado com a administração pública e com os diversos setores que apoiam a causa dos animais.

Exmo. Sr. Prefeito, Exma. Sra. Deputada Federal Raquel Muniz, todos os presentes, o que eu tenho para dizer é bem breve. Com relação à questão dos animais, a Deputada diz, com muita propriedade, que hoje nós estamos passando por uma mudança de conceitos. Os nossos conceitos antigos e do próprio Código Civil eram de que o animal era coisa, era um bem. Hoje nós estamos elevando os animais a sujeitos de direitos, com previsão de serem sujeitos de direitos pela própria Constituição Federal, com a proteção que confere ao meio ambiente. E



outras legislações vêm surgindo aí como um novo paradigma mundial com relação à questão dos animais que compõem esse ecossistema em que estamos inseridos.

Vou resumir basicamente os problemas que nós temos em Montes Claros com relação a três esferas que podemos apontar do ponto de vista da promotoria.

A nossa atuação tem sido mais intensiva nessa questão dos maus-tratos com relação a três vertentes. A primeira vertente é com relação a cães e gatos. Hoje, nós temos uma população flutuante muito grande, estimada em até 8 mil animais errantes nas ruas de Montes Claros, o que necessita ter um enfrentamento direto do poder público, em parceria com as associações de proteção aos animais. Essa parceria é vital nessa questão.

Hoje, de certa forma, eu me surpreendi, Deputada, com o prestígio do tema. Em outros temas de grande importância, de grande envergadura, debatidos aqui, como o Plano Diretor e outras questões, nós não temos esse auditório lotado como nós temos hoje para o debate da questão da proteção aos animais. Isso quer dizer que as pessoas são atuantes e que isso gera realmente um clamor público.

Então, essa questão dos cães e gatos é um tema que vem sendo enfrentado pela administração, que se dispôs a fazer o chamamento público para a castração e também está disposta a verificar a possibilidade de traçar uma ampliação do CCZ e uma estruturação através do CCV, que é o Centro Cirúrgico Veterinário, para proceder a essas castrações.

Com as castrações, nós fazemos um enfrentamento direto da questão, porque nós combatemos a causa e não a consequência. Os maus-tratos são consequência da falta de controle populacional dos animais, pelo menos na visão mais direta com relação a cães e gatos.

Então, se conseguirmos enfrentar isso, de forma a fazer cumprir a Lei nº 4.697, que alterou o Código de Posturas do Município, em 2014, para que os animais já não sejam mais eutanasiados, animais saudáveis, Deputado... Nós ainda tínhamos um Código de Posturas da década de 70, que permitia que o Município fizesse a eutanásia de animais saudáveis sem donos, sem proprietários, e não contaminados pela leishmaniose, que é um problema endêmico da região. Então, é problema que realmente requer um enfrentamento. É um tema de saúde pública



diretamente, não é nem de meio ambiente; o meio ambiente é correlato. Está diretamente ligado à saúde pública mesmo.

Então, nós temos aí um avanço na legislação municipal com relação a essa questão da proibição da eutanásia, que já não vinha sendo feita há alguns anos, justamente por atuação das ONGs. E, a partir disso, nós precisamos tornar efetivo o que a lei manda: a castração, a colocação de *microchip*, a vermifugação, a vacinação e a devolução dos animais, caso eles não sejam adotados, e aí com a atuação dos diversos atores da proteção aos animais.

A outra questão que requer um enfrentamento urgente, através de políticas públicas voltadas para o tema, é a questão dos equinos, dos cavalos mais diretamente ligados aos carroceiros.

O que temos de bom e de efetivo é que as pessoas gostam e usam os animais para uma finalidade esportiva, que é uma prática extremamente salutar na região, as cavalgadas. Mas nós temos a contrapartida ruim que é o mau uso dos animais com relação à questão das carroças em nosso Município. É uma questão que tem que ser enfrentada pelo poder público de uma forma digna, de forma que venha a fechar o cerco através de programas de identificação, de cadastramento de carroceiros. À medida que você vai fazendo cadastro e a cobrança de que essas pessoas levem seus animais para serem tratados, vacinados, examinados e dispostos, aplicando multas, identificados os animais... Todos esses programas já existem. São projetos que têm que sair do papel, mas já estão aí colocados. Já existem parcerias com a UFMG, através do trabalho do Prof. Délcio, que podem ser adotados com relação a essa questão dos cavalos dos carroceiros.

O maior número de casos do crime de maus-tratos previsto no art. 32 da Lei nº 9.605, hoje, Deputado, está diretamente ligado à questão dos animais de carroças, aos carroceiros. Esses animais são extremamente maltratados. É uma coisa absolutamente desumana, e ela tem que ser enfrentada de uma forma equilibrada pelo poder público, porque é uma cultura local, e tem que ser erradicada realmente, mas de uma forma que se tenha o carroceiro como parceiro, através do despejo das podas de jardim e dos entulhos, para dar um visual melhor para a cidade, mas também que ele tenha essa contrapartida de tratar o seu animal com



dignidade, o que infelizmente, na imensa maioria das vezes, não ocorre. É uma questão gravíssima do ponto de vista de maus-tratos aos animais.

Por fim, uma outra questão é com relação às rinhas de galo, que nós temos também. É da cultura local, infelizmente, porque a rinha de galo é proibida. É um jogo de azar. Apostas são feitas ali, e os animais são absolutamente transtornados e torturados, para que briguem entre si e satisfaçam o prazer dos apostadores.

Nós temos pela Polícia Ambiental um tratamento muito efetivo e muito direto com relação a essa questão das apostas em rinhas de galo. Várias rinhas já foram desmanchadas. Existem locais construídos com hotéis para galos, aqui no Município. Então, são processos que vêm sendo tratados pelo Ministério Público, no âmbito do Juizado Especial, porque os crimes são de menor potencial ofensivo, tanto o do Decreto-Lei da década de 40 como o de maus-tratos mesmo, previsto na Lei nº 9.605.

O que as pessoas podem fazer é denunciar. Percebeu que existe perto de si, no seu bairro, uma rinha de galo, denuncie. Faça uma denúncia para a Polícia Ambiental, que ela vai investigar. O Ministério Público vai dar todo o apoio para que isso ocorra, a fim de que esses animais que tomam anabolizantes e são postos aí... Ele vêm todos absolutamente machucados. Realmente, o laudo veterinário de um animal em rinha de galo é muito triste.

Então, todas essas questões merecem o nosso respeito, merecem o nosso enfrentamento direto, tanto do Ministério Público como da Justiça, da Polícia Ambiental, do poder público, à medida que pode atuar com políticas públicas efetivas, mais especificamente com relação a cães e gatos, no controle de natalidade, e, no caso dos cavalos, num projeto para esses carroceiros, para a identificação dos animais, tratamentos, multas efetivas para aqueles que descumpram as regras e não tratem adequadamente os seus animais. Todas essas questões têm que ser enfrentadas.

O Ministério Público também está aberto para esse apoio. Nós temos protetores incansáveis que são nossos amigos hoje, porque estiveram tantas vezes no Ministério Público cobrando ações efetivas que já se tornaram carinhosamente nossos amigos.



Eu parabenizo todos vocês que são incansáveis nessa luta em relação aos animais, para que nós consigamos vencer esses nossos antigos conceitos, como disse a Deputada, e tenhamos cada vez mais disposição em atuar nessas frentes.

Que Montes Claros seja um expoente nessa questão do enfrentamento adequado e eficaz com relação à questão dos maus-tratos aos animais.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Doutora, eu queria só fazer uma comunicação. A senhora falou da questão das eutanásias que acontecem nos Centros de Zoonoses. O Projeto de Lei nº 3.490, de 2012, que está pronto para a pauta no Congresso e ia ser votado na semana passada, proíbe a eliminação de cães e gatos sadios em Centros de Zoonoses. Só que, como está havendo aquele alvoroço todo lá, com a questão do Deputado Eduardo Cunha, acabou não se votando o projeto na semana passada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É, mas a CPI já havia pedido a inclusão na pauta.

Na verdade, nós temos três projetos que estão prontos para serem votados, devido ao resultado da CPI: o PL 3.490/12, que proíbe a eliminação de cães e gatos sadios nos Centros de Zoonoses; o PL 1.376/03, que cria políticas públicas de castração de animais, obrigando o Governo Federal a destinar recursos aos Municípios para a castração de cães e gatos; e o PL 466/15, que trata de medidas mitigatórias para minimizar os atropelamentos de animais silvestres. Hoje no Brasil morrem 475 milhões de animais silvestres por ano. Então esse um dado... Nós somos campeões mundiais em mortes de animais silvestres.

Passo a palavra, por até 20 minutos, à Sra. Marília Rocha.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então não é a Marília Rocha.

Registre o seu nome, por favor, antes de começar a fala.

O SR. JOEL FONTES - Eu não sou Marília Rocha. Eu sou Joel Fontes, sou médico veterinário também do Centro de Controle de Zoonoses.



Gostaria de cumprimentar todos, nesta manhã, e de dizer que nós já estamos nesta linha do respeito aos animais há alguns anos. Eu gostaria de falar de algumas ações, algumas perspectivas também ligadas ao Centro de Controle de Zoonoses.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Centro de Controle de Zoonoses foi criado em Montes Claros, em 1995. Nós tínhamos uma população humana de 273.513 habitantes. Atualmente, em 2015, nós temos uma população de 390 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sr. Joel, permita-me um minuto. O senhor quer utilizar este microfone? O senhor fica ali mais próximo lendo. É mais fácil. *(Pausa.)*

O SR. JOEL FONTES - O Centro de Controle de Zoonoses foi construído em 1995. Nós tínhamos uma população de 273.513 habitantes em Montes Claros. O CCZ foi construído sem perspectiva de atuação na área de controle de animais, nem de ação mais específica na questão de avaliação clínica animal. E quanto à questão dos maus-tratos — eu não sei se vocês podem ver —, nós não temos nenhum tipo de estrutura nesse sentido. E, de 1995 a 2015, nós praticamente não tivemos, no âmbito estrutural, nenhuma mudança nesse sentido.

Nós estamos falando aqui, nesta manhã, a respeito de políticas públicas. Então quero caracterizar o Centro de Controle de Zoonoses como uma entidade, uma organização que trabalha especificamente no controle de endemias. O Centro de Controle de Zoonoses tem esse papel, sem, eu volto a dizer, que tenhamos estrutura para fazer qualquer tipo de ação na área de controle de animais ou na defesa de animais contra maus-tratos.

O que nós percebemos no nosso dia a dia, no nosso trabalho, é que a nossa população — e falo de todos nós — não tem a visão de que nós pertencemos ao ecossistema.

Se formos pensar na nossa atuação enquanto pessoas em relação a animais como os morcegos, por exemplo, percebemos que a nossa educação, a nossa cultura tem sido a de matar. Quando falamos do cão, do gato, isso acaba inclusive trazendo consequências também em relação a esses animais. Mas precisamos perceber que nós temos uma população que não sabe tratar bem os animais, e os animais de uma forma geral. Quando observamos um morcego, vemos naquilo ali



simplesmente um animal que precisa ser morto. Quando vemos um sapo, enxergamos ali um animal asqueroso, sobre o qual queremos colocar sal. Isso não é brincadeira. Isso significa que nós temos uma cultura de maltratar os animais. Não vemos a importância desses animais. O morcego, por exemplo, tem a sua importância. Para termos uma ideia, só temos boas safras de pequi por causa dos morcegos, que são os animais que fazem a polinização da flor do pequi. Às vezes, não temos essa ideia. E isso se expande também em relação aos cães e aos gatos. E no CCZ nós percebemos uma população que não sabe tratar dos animais.

Eu gostaria de uma atenção a mais para este gráfico, porque o acho de extrema importância. Fica difícil de ver aí, mas eu gostaria de definir o seguinte: a partir de agosto de 2012, o Centro de Controle de Zoonoses tomou algumas providências. A primeira delas: a partir de agosto de 2012, o Centro de Controle de Zoonoses definiu que nós não faríamos mais a eutanásia de animais sadios nem de animais tratáveis. Antes disso, as pessoas levavam para o CCZ, muitas vezes, animais com carrapato para serem eutanasiados, para vocês terem uma ideia.

Então, a partir de agosto de 2012, foi definido, dentro do próprio sistema do CCZ, que nós não faríamos mais eutanásia de animais sadios nem de animais tratáveis. A partir daí as pessoas só podem levar algum animal para o Centro de Controle de Zoonoses com o intuito de eutanasiá-los com o laudo veterinário. Nesse laudo, o veterinário deve definir a causa para a eutanásia. Essa foi uma das ações de fundamental importância para o momento que nós vivemos hoje. A partir daí não se faz mais eutanásia de animais sadios ou tratáveis no Centro de Controle de Zoonoses.

Outra ação que nós fizemos foi a seguinte: a partir de agosto de 2012, os animais coletados pelas carrocinhas eram, primeiro, avaliados quanto à leishmaniose. Caso não estivessem com leishmaniose, esses animais eram vacinados e enviados ao local de origem. Isso fez com que nós tivéssemos minimizadas as curvas de animais que chegam ao CCZ e de animais que eram coletados nas ruas.

Então, hoje, o Centro de Controle de Zoonoses, na área dos cães, trabalha com o recolhimento exclusivamente de animais com exame definido para leishmaniose.



Por que queremos falar isso? Porque nós tivemos, na verdade, a Lei Municipal nº 4.697, a partir de março de 2014, porém, o Centro de Controle de Zoonoses já tem um trabalho nessa área de respeito aos animais.

Atualmente, por que nós não temos mais feito recolhimento de animais nas ruas inclusive? Nós tivemos um avanço na legislação de Montes Claros. Hoje, para os animais serem coletados nas ruas, eles precisam chegar ao CCZ, e a lei nos obrigar a tratá-los e a colocar o *microchip* neles. E no Centro de Controle de zoonoses nós não temos, ainda, estrutura para isso.

Hoje, no Centro de Controle de Zoonoses, nós temos trabalhado exclusivamente na coleta de animais com leishmaniose. Atualmente, nós fazemos um trabalho interessante no controle dessa doença. Montes Claros foi uma das oito cidades que foram escolhidas para um trabalho de pesquisa do Ministério da Saúde com relação ao uso das coleiras impregnadas com deltametrina para o controle da leishmaniose. Nós acreditamos que isso seja um direcionamento que o Ministério da Saúde deva dar, mais para frente, com referência ao controle dessa doença. Então, em Montes Claros, nós temos tido esses avanços em relação ao controle da leishmaniose. E o nosso trabalho tem sido, basicamente, o controle de endemias.

O Ministério da Saúde já definiu, em portaria, que não compete aos Centros de Controle de Zoonoses a realização de controle de população, nem a fiscalização sobre maus-tratos a animais. Isso deveria estar vinculado já à área de meio ambiente, e não ao Centro de Controle de Zoonoses.

Para termos uma ideia, hoje, o Município não pode utilizar recursos da saúde para nada, no sentido de controle populacional ou da saúde animal. Por quê? Essa linha já faz parte, dentro do direcionamento do Ministério da Saúde, da área do meio ambiente. Então, precisamos ter essa ideia, para que observemos que pode acontecer no futuro em relação ao Centro de Controle de Zoonoses, que, atualmente, está — e, provavelmente, daqui para frente, estará sempre — vinculado ao controle de endemias, especificamente de zoonoses, nas quais nós temos trabalhado já.

De forma rápida, gostaríamos de agradecer pela nossa participação aqui. O Centro de Controle de Zoonoses está à disposição para visitas. O nosso trabalho é um trabalho sério, um trabalho que temos feito com muita responsabilidade.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço ao Joel.

Concedo a palavra, por até 20 minutos, à Sra. Renata Guimarães Franco.

A SRA. RENATA GUIMARÃES FRANCO - Bom dia a todos. Bom dia ao Presidente desta CPI, o Deputado Federal Ricardo Izar; à Deputada Federal Raquel Muniz; e aos demais presentes nesta etapa da CPI tão importante para o norte de Minas e para a cidade de Montes Claros.

Como é visível pelo meu sotaque, eu sou do Rio de Janeiro e há pouco tempo convivo com a realidade montes-clarense. Portanto, todos os que aqui falaram até agora podem falar com muito mais propriedade cotidiana do que eu.

Ainda assim, existe a responsabilidade da área que eu represento, a área acadêmica, na qual estou presente há mais de uma década e que me faz estar aqui, neste momento, muito mais... Eu me lembrei de um filósofo italiano que falava que carregava com ele o pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade. E, por tudo o que eu ouvi aqui, hoje, acho que eu carrego, neste momento, na minha fala breve, muito mais do otimismo da vontade, por ver o esforço do Município em tratar questões sérias e em enfrentar, principalmente, a questão da tradição.

Nós temos muita dificuldade em falar dos animais como sujeitos de direitos, porque esbarramos em séculos e séculos de visão antropocêntrica. O Direito é construído para os homens. A ideia é de direitos humanos, como nós sempre falamos. E aí, de repente, é preciso começar a pensar que existe, sim, a possibilidade de se falar em deslocar essa ideia sempre presente ou sempre dominante — porque outras ideias estiveram presentes também, no decorrer da história — de que a raça humana, ou melhor, de que o homem pode dominar e pode controlar e coisificar a natureza.

E hoje, em 2015, nós temos a possibilidade, nesta CPI, de discutir e de não só ratificar o anseio de toda uma sociedade que se mobiliza, que se organiza, seja em ONGs, seja em movimentos, seja na forma de trabalho voluntário, para tratar da questão animal e também para mostrar, como me parece que está no relatório desta CPI, o recebimento de mais de 8 mil denúncias de maus-tratos aos animais.

Isso não pode continuar a andar, a trilhar o mesmo caminho da tradição ou de manifestações culturais. O Direito sempre trabalhou — e aqui eu falo como



representante da área acadêmica do Direito — com lutas e conquistas. Eu trabalhava no doutorado com Direito da Criança e do Adolescente. Foi só na Constituição de 88 que nós tivemos um artigo para falar que crianças e adolescentes eram sujeitos de direitos. Mas, na história, a primeira vez em que se utilizou um argumento para a defesa dos direitos da criança foi através da atuação de uma sociedade protetora dos animais.

Então, esta discussão não é nova. E talvez o que estivesse faltando até agora fosse a coragem e, principalmente, a coragem brasileira de enfrentar a questão também em termos legais.

Esta CPI pode demonstrar alguns avanços e pode seguir avançando nesta questão com o que me parece que é um clamor para a alteração da nossa legislação. Já existem vários projetos de lei com relação à questão dos maus-tratos aos animais. Há um recrudescimento, há um reforço da questão da punição, da penalidade para a questão dos maus-tratos aos animais. E também há mudança do Código Civil, porque animais não são coisas, e é preciso que afirmemos categoricamente esta questão: animais não são coisas.

E nós estamos em 2015, com uma Constituição que, lá em 1988, já afirmava a proteção da flora e da fauna e o combate à questão da crueldade e dos maus-tratos aos animais.

Ainda assim, nós temos também o compromisso internacional, já que desde a década de 70 nós temos uma Declaração Universal dos Direitos dos Animais, e o Brasil é signatário dessa declaração.

Então, não se trata mais de falar em tradição ou em cultura. O próprio STF, em questões como a rinha de galo, que a Promotoria mencionou, ou questões sobre a farra do boi, próprias da cultura brasileira, da tradição brasileira, já mencionou que os animais têm direitos de acordo com a Constituição Federal. Falta-nos agora uma harmonização legal nesse sentido.

A minha fala é no sentido de conclamar a comunidade acadêmica, que tem uma contribuição muito relevante a dar, para uma articulação. E aqui eu não falo só do Direito, porque essa área é uma área transversal. Nós temos que falar com a Biologia, com a Sociologia, com a Antropologia, com a Filosofia, com a Ética, porque esta é uma questão jurídica e também moral.



Então, eu queria aqui deixar esta conclamação. Por que a sociedade civil, hoje, articula redes sociais e se articula na defesa e na denúncia de maus-tratos aos animais? Temos os exemplos das carroças da cidade imperial de Petrópolis. Eu tenho que dar o exemplo da minha terra. É uma vergonha, a cidade, que era a cidade de D. Pedro I, explorar os cavalos ao bel-prazer dos seus turistas.

Quanto à questão dos carroceiros, mesmo daqueles que utilizam essa atividade como meio de subsistência, há que se repensar toda esta questão, como já foi falado, não em termos de imposição, mas em termos de parceria e de conscientização. Eu acho que parceria é a palavra neste momento. E conscientização é a palavra neste momento.

Então, a minha fala aqui é pela aprovação, pelo desenvolvimento científico e jurídico das questões referentes à afirmação dos animais como sujeitos de direitos. Nós já temos este encaminhamento pela aprovação do Estatuto dos Animais, que é importantíssimo para que esta discussão ganhe uniformidade. Várias cidades, vários Estados do País já produziram e já elaboraram importantes leis no sentido da proteção e da afirmação dos direitos dos animais. Falta-nos — e eu acho que este é um grande passo — congregar essas ações.

Por último, ao falar de políticas públicas, políticas públicas não se coadunam ou não se desenvolvem apenas com o discurso político. É necessária também a participação da sociedade e da comunidade e, principalmente, a educação. Também as escolas e também todos aqueles que participam do processo educacional têm esta importância.

Por último, eu gostaria de fazer minhas as palavras que vejo aqui no cartaz. Este é um dos motivos que me faz falar sobre esta questão um pouco delicada, assim como a questão dos carroceiros, mencionada pelo ilustre Prefeito. A questão é delicada, mas precisa ser tratada. Rodeio e vaquejada, por mais que façam parte da tradição e gerem lucros e diversão, fazem parte de um circo de horrores para a questão do direito dos animais. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Muito bem!

A SRA. RENATA GUIMARÃES FRANCO - Portanto, a afirmação, o coroamento de toda esta CPI, que trata dos maus-tratos, também precisa enfrentar essa questão. Nós já falamos dos circos, vários palestrantes aqui falaram da



questão dos circos, mas nós também precisamos enfrentar essa questão, que é arraigada na nossa tradição, mas, lá atrás, a escravidão também foi da nossa tradição; o negro considerado como coisa também foi da nossa tradição; as crianças serem objeto de tutela do Estado também foi da nossa tradição.

Então, tradições existem para serem repensadas, para serem transformadas. Este é o nosso papel. Já que lá no especismo procuramos sempre afirmar esta superioridade moral, por conta da nossa capacidade de racionalização, vamos utilizar essa capacidade de racionalização para perceber dor, sofrimento e vulnerabilidade. Essas não são só características humanas. Essas são características dos animais humanos e também não humanos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço à Dra. Renata Guimarães Franco. Ela tocou aqui no ponto dos rodeios e das vaquejadas. A CPI tem proporcionado alguns debates sobre o tema, doutora. Sabemos que esta questão de dizer que alguma coisa é cultural, como as carroças, como os maus-tratos em si, os rodeios e as vaquejadas, se queremos um país desenvolvido, precisamos evoluir. E a evolução passa pelo respeito ao próximo, independentemente de cor, de raça, de credo e de espécie.

Nós vimos que, na Espanha, Madri evoluiu, quebrou uma cultura e acabou com as touradas. Eu acho que este é um passo que não está distante, mas ainda está difícil. Nós temos uma barreira muito grande, principalmente no Congresso Nacional. Mas estamos lutando e, um dia, chegaremos a um país ideal.

Antes de passar a palavra ao Vereador Valcir, informo que quem quiser fazer alguma pergunta, algum comentário ou alguma sugestão para a CPI pode se dirigir ao Paulão. Ele vai passar e recolher as perguntas, formuladas por escrito, para que possamos selecioná-las. Se formos passar o microfone para todo mundo, só acabaremos amanhã. Então, se vocês puderem fazer isso, nós vamos responder a todas as perguntas, sugestões e indicações.

O Paulão é aquele que falava assim: "*Em Brasília, 19 horas*", no programa *A Voz do Brasil*. Ele vai repetir depois esta frase.

Passo a palavra ao Vereador Valcir.



O SR. VALCIR DA ADEMOC - Bom dia a todos e todas! Eu quero, de forma especial, saudar a nossa Mesa, agradecer à Deputada Raquel Muniz por trazer mais uma CPI importante para nós. Aqui, Deputado Ricardo Izar, Montes Claros se sente feliz de ter a sua presença. Eu acho que vocês têm que voltar mais. Eu acho que esta discussão, Raquel, é só um pedacinho de uma luta, não é, Dra. Aluisia, nossa grande defensora do meio ambiente, dos animais e de diversas lutas? Graças a Deus, a Promotoria tem sido aqui um braço forte para nos ajudar nesta Casa.

Eu quero destacar, pessoal, nesta manhã, a importância hoje de Raquel na Câmara. Primeiro, é mulher, bem mais sensível do que homens, bem mais sensível. As mulheres enxergam coisas que, muitas vezes, o homem não consegue enxergar, não é Dona Áurea? Ela trouxe algumas discussões importantes para a nossa região, como Deputada, neste pequeno tempo em que está lá. Trouxe a discussão do São Francisco, a nossa água, para cá; outra discussão importante, pessoal, foi sobre a saúde, com a CPI da saúde, que está ainda em discussão, não é Ruy? E agora ela traz uma das discussões mais importantes para o País, que é a discussão sobre a proteção dos nossos animais.

Lembro que, graças aos nossos protetores que estão aqui, Dona Áurea, os nossos veterinários — eu vejo tantos aqui, um grupo de pessoas, não vou mais citar nomes —, foi tanta luta que, mesmo havendo uma legislação federal, que até então não chegou ao nosso Município, nós fomos obrigados a criar uma legislação, em 2009, proibindo que o circo que viesse a Montes Claros tivesse apresentação de animais. Nós conseguimos a legislação. Mas vejam: mesmo com a legislação, veio um circo para cá, trouxe a bicharada toda e queria colocá-los para fazer apresentação. Nós tivemos que movimentar a polícia, a Prefeitura e, graças a Deus, não houve a apresentação. Mesmo assim, em 2009! Em 2010, nós tivemos também aqui a apresentação de uma legislação.

Eu sei que o calazar, hoje, é um negócio complicado na nossa cidade. Está aqui o pessoal da zoonose, que tem feito um excelente trabalho. Mas é uma realidade. O calazar está aí, fazendo vítimas, e, muitas vezes, pensam que o cachorro é o culpado, que o cão é o culpado! E aí nós criamos também, em 2010, uma lei para combater e conscientizar as pessoas sobre o calazar.



No mais, o que nós percebemos, Dra. Aluisia? Graças a Deus, as pessoas estão tendo consciência, as pessoas estão com uma visão diferente. E aqui, Ruy, eu tenho que agradecer também, porque hoje nós temos um administrador que tem coragem, Deputado, de peitar algumas coisas. Muitas vezes, isso nos causa um desgaste político muito grande. Mexemos com hospital. Recentemente, regulamentamos a questão dos chacreiros, dos chacreamentos. São lutas em que se criou uma cultura de muito tempo, tinha que ser daquela forma e foi. E agora nós temos um administrador que está tendo coragem e iniciativa de trazer essas discussões para cá.

Sobre a legislação dos carroceiros, Ruy, eu acho que há muito tempo ela deveria estar aqui. Assim que chegar, Prefeito, com a sua permissão, como líder e porta-voz aqui, eu quero pedir regime de urgência para termos uma votação em único turno, para que se possa prevalecer isso em nossa cidade. Eu sei que é a mão de obra de vários pais de família, mas há formas de colocá-los em outras atividades, não explorando os nossos animais.

Portanto, fico feliz demais, nesta manhã, de esta discussão chegar aqui. Eu vejo aqui, Ruy, diversos estudantes, protetores, família — eu falo que é a família que cuida dos nossos animais. Estamos evoluindo muito. E fico feliz também, Deputado, porque nós estamos na luta social há muito tempo, não só na questão da proteção aos animais, mas da pessoa com deficiência. Viemos aqui com esta bandeira também, pois eu saí dos movimentos sociais da pessoa com deficiência e, graças agora a uma indicação da sua colega, Deputada Raquel Muniz, a ADEMOC — Associação das Pessoas com Deficiência de Montes Claros, que há mais de 20 anos desenvolve um trabalho de inclusão, Dra. Aluisia, foi reconhecida pelo País com o Prêmio Brasil Mais Inclusão. Entre 200 instituições, através do trabalho e da defesa da Raquel, nós vamos receber a premiação, dia 3. Aproveito para convidar toda a nossa sociedade, para estarmos em Brasília, para receber este prêmio.

No mais, eu quero pedir a Deus que abençoe vocês, que lhes dê saúde, principalmente no Governo Federal, que está passando por uma crise terrível. Quando se fala de política, todo mundo enoja. Mas nós temos que acabar com isso, mostrando a política boa, mostrando a política que traz resultado, acreditando nas pessoas que fazem lei. Nós podemos fiscalizar e mudar a realidade deste País.



Parabéns, Deputado! Conte com este Vereador! Conte com esta Casa! Deputada Raquel, mais uma vez, estou aqui para ajudá-la no que for possível. Promotora, obrigado por nos defender tanto lá. Agradeço à nossa Polícia do Meio Ambiente, que sempre está aqui junto conosco. Ruy, que Deus possa lhe dar força! Até o final deste mandato, nós precisamos realizar muita coisa para o povo da nossa cidade.

Bom dia e muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Cumprimento e registro a presença do Vereador Fábio Neves.

Chegou alguma pergunta, Paulão? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Prefeito Ruy Muniz.

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Sr. Presidente, conforme compromisso nosso, vou chamar aqui a Presidente da Comissão de Licitação, a Nilma, para que possamos homologar a contratação de empresa especializada para a construção do Centro Cirúrgico do Centro de Controle de Zoonoses de Montes Claros. É uma obra que foi licitada e está sendo contratada por R\$314.008,64. O valor original era maior, e na negociação ganhou a empresa Línea Empreendimentos Ltda., uma microempresa aqui de Montes Claros. *(Palmas.)*

A SRA. NILMA SILVA ANTUNES - Bom dia! Trata-se do Processo nº 252, de 215, Concorrência Pública nº 024:

“Contratação de empresa especializada para a construção do Centro Cirúrgico do Centro de Controle de Zoonoses do Município de Montes Claros.

O Prefeito de Montes Claros, no uso de suas atribuições e por determinação legal;

CONSIDERANDO o teor da Ata da Concorrência Pública nº 024/2015, constante do processo, firmada pela Comissão Permanente de Licitação e Julgamentos, instituída pelo Decreto nº 3.273, de 13 de abril de 2015;

CONSIDERANDO, ainda, o parecer jurídico emitido em 11 de setembro de 2015 do Controle Interno quanto à legalidade do processo licitatório;



RESOLVE:

I - HOMOLOGAR a decisão da Comissão Permanente de Licitação relativa à Concorrência Pública nº 024/2015;

II - ADJUDICAR o objeto desta licitação para a empresa LINEA EMPREENDIMENTOS LTDA.-ME. A empresa concedeu um desconto de 15,30% no total da obra de R\$314.008,64 (Trezentos e quatorze mil, oito reais e sessenta e quatro centavos).

Montes Claros-MG, 30 de novembro de 2015.

RUY ADRIANO BORGES MUNIZ

Prefeito Municipal” (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de passar às perguntas...

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - A outra ordem de serviço, gente, é para a construção do Centro Cirúrgico. Esta aqui é para a contratação das clínicas que foram credenciadas para a realização de 4 mil castrações. Compareceram quatro empresas, duas foram selecionadas.

Então, nós vamos autorizar a ordem de serviço para que comecem já no mês de dezembro as castrações dos animais aqui em Montes Claros. São duas empresas.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós estamos recebendo algumas perguntas, e eu vou direcioná-las para a Deputada Raquel Muniz.

Antes de passar as perguntas, eu queria só dizer que esta CPI foi criada em cima de nove fatos determinantes. Um deles era o do Instituto Royal, para o qual nós já fizemos todas as apurações; era o caso dos *beagles* em São Roque e em São Paulo. Nós já fizemos todas as apurações, detectamos diversas infrações, não só a constatação de maus-tratos, mas também desvios de recursos públicos. Isso tudo está sendo enviado para o Ministério e para a Procuradoria-Geral da União para que sejam indiciadas as pessoas responsáveis.



Outro caso era o do Prefeito de Santa Cruz do Arari, que mandou matar os cachorros, pagando 5 reais por animal macho e 10 reais por fêmea que fossem capturados. Ele está sendo indiciado e está respondendo a todos os processos criminais.

Outro caso foi o do Promotor de Apodi, no Rio Grande do Norte, que mandou matar jumentos para servir de refeição no presídio e nas escolas. Esse Promotor está afastado e está respondendo a processo. Nós estamos fazendo a indicação de indiciamento desse Promotor e da perda do cargo.

Outro caso é o da Dalva, de Goiânia, que já está devidamente indiciada e já está respondendo às penas previstas.

Qual era o último caso? É a questão dos dromedários de Natal, que eram explorados, fato que está sendo enviado para investigação do Ministério Público e da Polícia Federal, responsáveis pelo caso.

Então, nós estamos tomando as medidas em todos os fatos determinantes, estamos indiciando as pessoas e oferecendo proposições. Nós tocamos em diversos temas que eu estou vendo aqui nas perguntas. Tratamos da questão do controle populacional de animais. Se eu tivesse em cada Município do Brasil um prefeito igual ao Prefeito Ruy, contratando 4 mil castrações, nós minimizaríamos muito o problema no Brasil. Mas, infelizmente, isso não é prioridade nas outras administrações. Nós estamos lutando para que encaixem no Orçamento da União recurso para ser repassado aos Municípios.

Há uma pergunta que eu recebi de um de vocês que eu também ia fazer à Deputada: *“O que você vai fazer de emendas para os animais?”* Infelizmente, no Brasil, Deputado Federal não pode mandar recurso para os Municípios para tratar da questão de direitos dos animais, ainda não. Nós vimos lutando já há 6 anos para incluir esse item no Orçamento. Já incluímos a rubrica no Orçamento da União, mas foi vetada pela Presidente Dilma a complementação de recursos. Então, nós vamos tentando todo ano. Um ano nós conseguiremos. Eu acho que esta CPI vai ajudar muito a resolver esse problema dos recursos.

“Deputada, quais as medidas que vão ser tomadas depois das queimadas no Parque em relação aos animais silvestres?”



A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - O Prefeito já até permitiu que nós possamos fazer um voo sobre o Parque Estadual da Lapa Grande, com o pessoal do Parque. Eu já fui conselheira do Parque Estadual da Lapa Grande, conheço bem o Parque. Vamos ajudar a fazer essa recuperação.

Todos sabem também que há uma luta nossa, há muito tempo, para a abertura do Parque. Então nós pedimos também o apoio de vocês. Na última conversa que eu tive com a Dra. Aluisia, ela disse que ia comunicar ao Prefeito outra possibilidade, a de nós criarmos outra entrada para o Parque, outro acesso — isso também é educação, nós acreditamos —, para podermos levar as crianças, os escolares ao Parque e fazer essa conscientização para todos do entorno do Parque também, para cuidarem do Parque.

Com certeza, em breve nós vamos comunicar a vocês, através da imprensa, que está aqui presente, a quem eu aproveito para agradecer, o momento em que vamos estar lá fazendo isso.

Já conversamos também com a nossa Secretária de Educação, Profa. Suely, para, na abertura à visitação do Parque, as crianças poderem ajudar no grande projeto da Secretaria de Educação de fazer essa revitalização do Parque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - *“Concordo que os carroceiros têm de ser punidos, mas essa atividade é o sustento de muitas famílias.”*

“Em relação à vaquejada, que é apenas uma diversão, esse esporte deveria ser punido, e foi pouco falado sobre ele. Quais medidas vão ser tomadas em relação às vaquejadas?”

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Com relação aos carroceiros, o Valcir, o próprio Prefeito e a nossa Promotora também falaram acerca disso. O nosso olhar também é de que essas pessoas são pais de família e precisam do seu sustento.

No início do mandato do Governo Ruy, nós propusemos ter essa conversa com eles, um diálogo, até porque, num primeiro momento, nós solicitamos até que eles prestassem esse serviço de maneira regular para a Prefeitura, que ia poder ajudá-los a fazer esse acompanhamento e ter o cuidado com os animais. Mas nós estamos percebendo que essa coisa está evoluindo no Brasil. Em alguns Estados já está terminantemente proibido o uso de carroça.



Então o nosso Município hoje está tendo o aporte de muitas indústrias da nossa cidade. A Prefeitura é uma das poucas Prefeituras do Brasil que está cumprindo os seus compromissos em dia também. Então, esta é uma cidade que está conseguindo trabalhar, mesmo com toda essa crise do Brasil.

Com certeza, nós trabalhamos também, via Secretaria de Educação, o projeto da Prof. Zilda para fazer paralelamente a capacitação dessas pessoas na área de educação, para que possam conseguir outros espaços de trabalho. Então, nós temos essa preocupação.

Com relação à outra parte da pergunta, com relação à vaquejada, aquilo que todos aqui falaram, o Deputado colocou que nós, ainda hoje, não conseguimos talvez colocar essa matéria em votação e ter aprovação, vamos dizer assim. Mas nós continuaremos lutando.

Esta CPI vai promover um relatório que será encaminhado aos diversos órgãos. Vários projetos de lei nascem a partir dela, alguns, até mesmo antes de ela se encerrar, já estavam indo em regime de urgência para o Plenário para serem votados. Então eu acho que essa é uma mudança nossa, entre nós. Nós temos que fazer essa conscientização das pessoas.

Lembro o modelo muito bacana que há no Brasil em que brincam com o boi, mas através da fantasia, numa festa linda. Parintins tem hoje uma festa conhecida internacionalmente e não leva o boi para a rua. Nós temos que evoluir para isso também. Há todo um apelo social e econômico, por exemplo, em Barretos, com os rodeios. Lá temos o Hospital do Câncer, parte dos recursos eles revertem para os hospitais, mas nós temos que melhorar a legislação efetivamente, para que nós Parlamentares, Governo Federal e Estadual possamos ter os recursos de outra forma também.

Nós efetivamente temos que ir mudando o modo de pensarmos, que foi o que eu coloquei como objetivo maior neste grande seminário da CPI, fazer a mudança de conceitos. Isso começa com cada um de nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - *“O que a Deputada tem a dizer sobre pessoas que criticam a CPI, dizendo que gente é prioridade?”*

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Eu já ouvi isso aqui na nossa cidade. Eu sou médica aqui há quase 30 anos no sistema público de saúde. Ajudei a



implantar o serviço de geriatria no Município, que não havia; dentro da faculdade que ajudei a criar junto com o Ruy, colocamos a disciplina Geriatria, porque no currículo em que eu estudei não havia, eu tive que fazer pós-graduação nessa área. Enfim, nós mudamos os conceitos.

Eu acredito que também em relação a esse assunto da CPI, como eu já ouvi isso aqui na cidade, de gente ligada à saúde, quando ia falar de recursos com relação aos animais, quando ia falar de leishmaniose, eu atendi no hospital público aqui a inúmeros casos, não só de Montes Claros, mas também da região inteira, do sul da Bahia. Esta é uma doença assustadora.

Às vezes, nós cobrávamos isso das autoridades da área da saúde, e eles falavam assim: *“Nós não temos dinheiro para cuidar de homens, mulheres e crianças, vamos ter dinheiro para cuidar dos animais?”* É a mesma coisa. A CPI está se preocupando com os animais. Preocupar com os animais é preocupar com a vida humana também. Nós convivemos com eles; eles fazem parte da nossa vida. Então, tem que haver o recurso para cuidar dos humanos, tem que haver o recurso para cuidar dos animais. Como a doutora colocou tão bem ali, ela que se debruça sobre o assunto direitos dos animais, nós também temos que nos ocupar com os direitos dos animais.

Então, acredito que o trabalho desta importante CPI vai contribuir muito para o Brasil. Efetivamente, a partir dos nossos costumes, que vão mudar, nós vamos modificar as leis e vamos também acompanhar essas leis. Não adianta nada as leis em si. Nós vamos fiscalizar para que elas sejam cumpridas, e aí nós contamos com o Ministério Público, com o Judiciário, mas principalmente com cada um de vocês que está acreditando. Eu acho que, se estão aqui nesta manhã até agora, é porque acreditam que esta CPI, efetivamente, já está contribuindo para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só para complementar a resposta da Deputada, a Organização Mundial da Saúde mostra que cada 1 real investido em controle populacional e combate a zoonoses equivale a 27 reais em economia na saúde humana à frente.

Então, para quem diz que tratar dos direitos dos animais, tratar de castração, não é tratar de gente, é também tratar de gente, é também olhar para saúde humana. Esses são dados incontestáveis. *(Palmas.)*



“Deputada, a senhora pretende liberar alguma emenda para defender os animais?” Acho que isso não precisa nem ser respondido. Infelizmente, ainda não temos autonomia para isso no Brasil.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Mas, de alguma maneira, nós temos trabalhado. Quando fazemos essa cartilha, que é entregue a vocês, isso é trabalho, é divulgação parlamentar. É permitido até que o nosso nome saia nesse material. A cartilha que eu estou pegando com o Deputado Ricardo Izar para ser apresentada para as escolas e para crianças, de alguma maneira, é um investimento do nosso trabalho parlamentar. Mas o que queremos mesmo — não é, Deputado? — é lutar bastante para que possamos colocar, sim, nas Prefeituras e também nas entidades que cuidam dos animais os recursos de que precisam.

Eu acredito que, como pessoa física, podemos contribuir muito. Como Deputada também, temos algum trabalho já. E esse trabalho na CPI é a nossa contribuição também.

(Não identificado) - Só um aparte, Deputado Ricardo Izar: devemos fortalecer os Municípios; a vida acontece nos Municípios. Então, se nós atuarmos em Brasília, aumentando os recursos que vêm para os Municípios — a reforma tributária tão falada —, nós teremos recursos locais aqui para fazer o investimento, sim, no cuidado dos animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - *“Deputado Izar, é possível vencer o poder econômico dos rodeios?”*

Por enquanto não, mas nós vamos tentando aos poucos. Na Legislatura passada, nós tínhamos 2 Parlamentares na Câmara dos Deputados, dentre 513, que enfrentavam este tema; hoje nós já temos uns 13 ou 14. Eu acho que, com o passar do tempo, nós vamos aumentando a bancada e sentindo uma pressão menor da bancada ruralista. Mas, por enquanto, é impossível.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É verdade.

“Sr. Deputado Ricardo Izar, a luta entre animais são proibidas. O que o senhor acha das lutas entre homens, como lutas de boxe, FullContact e outras que, às vezes, levam seus lutadores a óbito? Por que elas não são proibidas?”



Há uma grande diferença. O homem, ninguém o manda lutar; ele não vai por obrigação, não vai obrigado; ele vai porque quer. Agora, as rinhas, você coloca dois animais que nunca pediram para estarem dentro de uma arena brigando. Eles são obrigados. Essa é a grande diferença. *(Palmas.)*

Eu acho que proibir não; todo mundo tem que ter a livre iniciativa, o direito de ir e vir, de fazer o que bem entende, sabe o que é bom ou ruim para si. E os animais também têm que ter esse direito, só isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Temos o Cão Bertoldo, é isso? O Cão Bertoldo quer subir aqui, cadê? Ele vai fazer um agradecimento. Ele é do Centro de Zoonoses. *(Palmas.)*

(Apresentação de peça teatral. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu tenho o apelo da Tatiane, que quer colocar um vídeo. Nós vamos permitir a colocação do vídeo, que vai constar nos documentos da CPI. Eu não vou poder assistir ao seu vídeo. Eu estou indo para o aeroporto pegar o avião.

Passo a presidência para a Deputada Raquel Muniz, mas tudo será taquigrafado e incorporado aos documentos da CPI. Agradeço o carinho de todos, do Prefeito, da Deputada, e fica aqui um abraço sincero.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Então vamos passar o vídeo da Tatiane, do Apelo Canino, eles que estão lá na entrada também mostrando o trabalho no estande.

(Exibição de vídeo.)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - O vídeo está com problema.

Tem a palavra a Tatiane.

A SRA. TATIANE TEBERGES - Bom dia a todos! Meu nome é Tatiane, representante do Apelo Canino. Eu sou voluntária há cerca de 5 anos no abrigo Apelo Canino, que é o único abrigo aqui em Montes Claros de proteção animal.



Hoje nós vamos apresentar um vídeo institucional do abrigo. Houve um probleminha ali, mas já vai ser resolvido. Gostaria de agradecer este momento desta CPI que está hoje aqui em Montes Claros, porque a luta é muito grande. Nós já conseguimos muitas coisas nessa luta do dia a dia, de correr atrás mesmo de doações, mas ainda faltam muitas coisas.

Nós estamos conversando sobre este momento já há bastante tempo, através da Primeira Semana Municipal dos Animais, que ocorreu no mês de outubro, com a presença do Dr. Joel, quando discutimos sobre a questão dos maus-tratos. Acho que ainda não foi falado aqui, em nenhum momento, sobre o que são esses maus-tratos. Hoje nós recebemos, na página do Apelo Canino, inúmeras pessoas que pedem que nós verifiquemos os casos de maus-tratos de cachorros. Mas como nós vamos fazer isso? Nós não temos um lugar para colocar o animal resgatado desses maus-tratos e não temos dinheiro para manter o possível tratamento desse animal.

Então, nós batemos em uma situação em que não dá para irmos mais à frente. Quem é que vai lá conosco? Eu sozinha? Outro dia eu recebi a denúncia de um cara que era traficante de drogas. E aí falaram: "*Tati, vá lá resolver*". Vou como? Como eu sozinha vou lá resolver isso? Como eu vou pegar esse cachorro? Vou levá-lo para onde?

Então, essa é a nossa dificuldade hoje, Prefeito Ruy Muniz e Deputada Raquel Muniz. Para onde nós vamos levar esse animal resgatado dos maus-tratos? Como vamos custear o tratamento desse cão maltratado?

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos novamente ao Apelo Canino, essa instituição que contribui tanto com Montes Claros, recebendo os animais.

O Prof. Délcio, da UFMG, quer falar, mas nós estamos aguardando o Deputado voltar. Acho que ele gostaria de falar com a presença do Deputado.

E o nosso Secretário Edvaldo, do Centro de Zoonoses, também quer fazer uma colocação importante. Tem a palavra o Secretário.

O SR. EDVALDO FREITAS FRANCISCO - Bom dia a todos e a todas! Primeiramente, cumprimento a Mesa, na pessoa da Deputada Raquel Muniz, e a parabenizo pela CPI. Agradeço ao Prefeito pela assinatura da homologação do



Centro Cirúrgico, que é de extrema importância para Montes Claros. Agradeço ao público presente, inclusive aos heróis, que são os protetores, os cuidadores, que têm um trabalho brilhante junto à questão dos cães. Agradeço aos funcionários do Centro de Controle de Zoonoses aqui presentes, principalmente àqueles que estão diretamente nessa luta em relação à questão dos animais, que é uma luta muito grande. E agradeço ao público presente como um todo.

Esta é uma questão de extrema importância. Então, nós gostaríamos de agradecer à nossa Marília Rocha, que tem um trabalho importante voltado para a questão da leishmaniose, a Joel Fontes, dois médicos veterinários que têm feito um trabalho muito importante para Montes Claros, e a Adriana Sá, que é uma veterinária que vem, com garra, fazendo um trabalho nas escolas, falando de uma questão muito importante que é a parte da posse responsável.

Um dos grandes maus-tratos cometido hoje em Montes Claros é o abandono, a covardia que é feita com os cães abandonados nas ruas, velhos, com carrapatos, que não servem ou o quintal ficou pequeno. Simplesmente, eles são descartados.

Na fala de Joel, inclusive, dentro do levantamento que foi feito, 60% dos cães que eram entregues, dos animais, eram levados pelo próprio proprietário. Então, a questão da responsabilidade é muito grande. É importante que as pessoas tomem ciência da responsabilidade que têm como donas desses animais.

Quando a criança adocece, não a levamos ao médico? Com o animal tem que ser a mesma coisa; adoceceu, temos que levá-lo ao médico veterinário, temos que buscar o tratamento desse cão, e não descartá-lo como lixo, jogá-lo nas pirambeiras da vida, nos canais. Isso é uma extrema covardia. E nós não podemos aceitar isso. O animal é o bichinho de estimação que nós devemos cuidar com responsabilidade.

Quando Joel afirma que o Centro de Controle de Zoonoses foi construído em 1995, naquela época nós tínhamos apenas, ou aproximadamente, 30 funcionários. Hoje o Centro de Zoonoses tem mais de 400 funcionários. Grande parte desses profissionais trabalham diretamente com o cuidado dos animais no dia a dia.

Então, é importante falarmos, primeiro, da estrutura que temos, daquilo que está sendo proposto e dessa grande obra que a gente vai receber, a construção do centro cirúrgico. E olhem que Montes Claros tem uma população canina próxima de 60 mil animais!



Para vocês terem uma ideia, quando da vacinação antirrábica canina, que ocorreu no mês de setembro, foram vacinados mais de 54 mil animais de modo geral. Então, é um volume muito grande. E a parte da castração vem resolver inclusive o controle do nascimento desses animais.

É importante que se trabalhe principalmente a parte da posse responsável, da responsabilidade de cada um, como cidadão, no cuidado desse animal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Obrigada, Edvaldo.

Nós insistimos para que o Deputado Ricardo ficasse, mas ele é paulista, não é mineiro. Ele não conhece muito aqui e ficou com medo de perder o voo. Mas o Paulão está me informando que o Presidente ordenou que tudo o que está sendo realizado nesta manhã seja levado para ele, áudio e vídeo. E as nossas taquígrafas, extremamente eficientes, estão aqui.

Então, vamos passar para o Prof. Délcio, da UFMG. Ele está com o documento que foi até entregue a todos vocês.

O SR. DÉLCIO CÉSAR CORDEIRO ROCHA - Bom dia a todos.

Na verdade, é uma honra, para a gente que luta pelo bem-estar dos animais, ter uma CPI aqui. Infelizmente, poucas propostas foram feitas para esta CPI.

Nós da universidade, depois de termos feito várias audiências públicas, da qual participaram CCZ, protetores, IBAMA, IEF, trouxemos algumas propostas a esta CPI. Uma delas é a implantação de uma delegacia. Quando falamos de maus-tratos, não falamos apenas de cães e gatos, falamos de animais silvestres e, principalmente, de animais de tração. Então, essa delegacia deve aqui ser criada, assim como ela já existe em outros Estados.

Há outra questão. A gente pediu para o Prefeito, logo no início do mandato dele, a criação de uma diretoria de bem-estar animal. Essa diretoria ajudaria o Município a resolver determinados problemas.

E há também uma outra questão: estão sendo pedidos aqui — o que foi assinado hoje — o Centro Populacional de Cães e Gatos e o programa de identificação desses animais.

Um dos projetos que a gente está cobrando agora, novamente, da Deputada Raquel Muniz — já foi entregue à Primeira-Dama — é o projeto de educação



ambiental e humanitária nas escolas. Se quisermos mudar alguma coisa, gente, vai ter que ser pelas escolas, vai ter que começar com as crianças. Não vai ser macaco velho que vai mudar alguma coisa, não!

A situação é muito séria. Deveríamos ter feito esse trabalho no início da gestão. Imaginem que, na época em que esse projeto foi entregue, em 2012, se a gente tivesse conversado com as diretoras das escolas, trabalhando isso — já fariam quase 3 anos! —, já haveria uma resposta, não precisaríamos ficar cobrando isso.

Há outra questão: se se queria mobilizar alguma coisa em termos de proteção à vida e ao bem-estar animal — e aí tomando as palavras do Exmo. Prefeito com relação à questão de animais de tração —, por que não se deu posse a dois conselhos essenciais criados para a cidade? Um deles é o COBEA, destinado à proteção à vida e ao bem-estar animal; e o outro é o de resíduos sólidos. Quer dizer, os dois conselhos que dariam resposta a esses questionamentos com relação à tração animal na cidade não tomaram posse até hoje, quase no final do mandato.

É impossível tentar resolver algo enquanto universidade, enquanto ONG e enquanto cidadão, quando não se tem o apoio da atual gestão — infelizmente!

E, por último, a criação de um laboratório de bem-estar animal, Prefeito.

Na Universidade Federal do Paraná foi criado o Laboratório de Bem-estar Animal, no qual se consegue respostas a uma série de questionamentos com relação aos animais, tanto em termos de maus-tratos, como de bem-estar animal. Então, o que gente pede é que a política local olhe um pouco mais... principalmente porque nós temos aqui, gente — não sei se vocês já se deram conta disso —, duas universidades federais, uma estadual, 23 instituições de ensino. Isto aqui é um polo de ensino, e muitas vezes não se consegue fazer um trabalho de educação ambiental nas escolas. Mas tem que haver a participação do Secretário de Meio Ambiente, da Secretária de Educação, para se fazer uma coisa formal, legalizada, e não o Prof. Délcio ou alguns alunos ou algumas ONGs irem às escolas, como algumas pessoas têm feito. Tem que ser um projeto certo.

Resolver essa questão do bem-estar animal, enquanto não for colocado em prática e o pessoal entender o que é um conselho municipal... Como dois conselhos seriíssimos como esses ainda não tomaram posse?



Com relação aos carroceiros, o senhor sabe muito bem que a gente tentou trabalhar esse projeto. Qual é a dificuldade? Infelizmente, não é acabar com a questão da tração de um dia para outro. A gente vê projetos fantásticos em Cascavel e Foz de Iguaçu, como o “cavalo de lata”. Na verdade, ele nada mais é do que um carrinho a bateria — substitui-se o cavalo pelo carrinho a bateria. Nós não podemos simplesmente dizer que vamos acabar com os carroceiros, se, em cada família de cada carroceiro, dele dependem quatro ou cinco pessoas.

Hoje há uma população enorme de cavalos na cidade: mais de 3 mil cavalos de tração. Não é, de uma hora para outra, simplesmente acabar; tem que ser feita uma política consciente. Se esse carroceiro não vai mais trabalhar como carroceiro, de que forma ele vai ser credenciado, para que a coisa funcione? E tudo isso funcionaria se os nossos conselhos estivessem prontos. Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Esta Presidência resolve, pelo avançar do tempo e porque temos algumas perguntas e o vídeo do Apelo Canino, que vamos passar o vídeo rapidamente e fazer todas as perguntas. Em seguida, passaremos para as respostas, porque elas dizem respeito também a assuntos que foram colocados aqui em relação à Secretaria de Saúde e à Prefeitura.

(Exibição de vídeo.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Quero parabenizar, mais uma vez, a Apelo Canino e lembrar que ao final teremos coisa boa: a Apelo Canino vai sortear nove canecas e quatro blusas entre o pessoal que passou no estande e assinou a lista. Vamos fazer isso no final.

Quero chamar para falar também o Tenente Emerson. Em seguida, o nosso veterinário, Dr. Eugênio.

Há mais duas perguntas ainda, para a gente encerrar, e depois as respostas.

O SR. EMERSON MARTINS DA SILVA - Bem, bom dia a todos.

Agradeço o convite para este evento tão importante para a nossa região, para a nossa cidade. Quero aproveitar e agradecer à Deputada Raquel por este evento importantíssimo; ao nosso Prefeito, que sempre nos apoia nas questões de meio ambiente, através da Secretaria de Meio Ambiente.

Eu não poderia me furtar dessa fala, porque os nossos policiais de meio ambiente, que estão nas ruas todos os dias, se deparam com um cenário muito



triste. É comum vermos cães, gatos e principalmente animais de grande porte sofrendo maus-tratos. E foi falada aqui, Sr. Prefeito — eu vejo muita coragem e dinamismo da sua parte —, a questão dos carroceiros.

Hoje, senhores, a gente que está na lida diariamente, infelizmente, apesar da nossa fiscalização, apesar do trabalho de educação que a Polícia Ambiental faz nas escolas... Eu abro um parêntese, porque hoje nós temos um projeto chamado PROGEA — Programa de Educação Ambiental, que é feito em parceria com a Prefeitura de Montes Claros, aqui no Município. Nós atendemos diversas escolas municipais. Esse trabalho de educação, nós fazemos, sim.

Quando se fala em Polícia Ambiental, logo se tem a ideia de repressão, de fiscalização. Mais do que isso, a nossa obrigação é educar.

Mas, retornando à situação dos carroceiros, a gente fala em maus-tratos, mas também há outros males, infelizmente, e há que se de falar: a questão dos resíduos sólidos, a poluição. Hoje nós temos as nossas guarnições em vários pontos da cidade, e não é fácil. A gente vai, fiscaliza um local e, quando pensa que não, está lá um carroceiro despejando entulho, poluindo. Quando se falar em resíduos sólidos, lembre-se de poluição. Estão poluindo nosso hábitat, estão poluindo a nossa comunidade.

Então, eu vejo como de muito dinamismo e coragem essa proposta sua, Sr. Prefeito, e a Polícia Militar trabalha seguindo a legislação. Nós fazemos o que está na legislação e apoiamos o Executivo. E dentro disso, a gente torce para que os projetos da CPI, os projetos do Município sejam aprovados — eu vejo que está havendo vontade política para isso — e que, a partir daí, a Polícia Militar possa estar junta, próxima, presente.

Podem contar conosco. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos ao Tenente Emerson.

Tenho aqui uma comunicação da Câmara Municipal de Montes Claros, do Presidente Marcos Nem e dos Vereadores Valcir e Sérgio Pereira. Eles convidam vocês para a reunião ordinária, que pedem seja transformada em audiência pública, de 10 de dezembro de 2015, às 19 horas, objetivando discutir a situação de animais abandonados em Montes Claros. Para tanto, foram convidadas as seguintes



autoridades: representantes da UFMG, Secretaria de Saúde, Secretário do Meio Ambiente, representante do Centro de Controle de Zoonoses — CCZ, Prefeito Municipal, representante da Câmara Federal, Deputada Raquel Muniz, Dra. Aluisia Beraldo, ONGs Apelo Canino e Jovens Educadores Ambientais, Polícia Ambiental, Corpo de Bombeiros, IBAMA e Instituto Estadual de Florestas — IEF. Dia 10 de dezembro de 2015, aqui na Câmara Municipal, às 19 horas.

Antes das perguntas, há uma última fala.

Tem a palavra o Dr. Eugênio. Em seguida, as perguntas.

O SR. EUGÊNIO TEIXEIRA DA COSTA - Bom dia a todos. Cumprimento a Deputada Raquel pela iniciativa, pelo esforço de trazer esta Comissão até Montes Claros. Acho que já não é sem tempo! Havia essa necessidade.

Cumprimento o Prefeito Ruy Muniz, o nosso Tenente Emerson, que faz um trabalho belíssimo pela Polícia Ambiental.

Reforçando as falas do Prof. Délcio, sendo esta Comissão de âmbito nacional, eu acredito que esse tema deva ser colocado nas escolas em geral, desde o ensino fundamental até o ensino médio. A única forma de se criar uma cultura de respeito aos animais e ao meio ambiente é o tema não ser tratado isoladamente, em pequenos trabalhos, em matérias diversas. Isso deve continuar, mas que haja uma matéria na grade curricular em que seja tratada a cidadania e o respeito ao meio ambiente e aos animais. Só assim conseguiremos que as crianças eduquem seus pais, porque os pais ainda são ignorantes. Eles são criados ainda como no tempo em que se caçava e em que caçar era uma coisa normal: o predador era o ser humano.

Eu costumo dizer que o ser humano é o câncer da face da terra. Ele acha que tudo isso existe para servir a ele, e não é bem assim.

Bom, estando essa matéria na grade curricular, as coisas vão fluir muito melhor e vão dar muito mais certo.

O lixo, que atrai ratos, cobras e tudo o mais para dentro das cidades, mata os animais também, porque eles comem esse lixo. Na matérias estamos vendo que os animais comem o lixo do ser humano que há nos rios e nos mares: comem saco plástico, achando que é uma alga; comem pedaços plásticos, pedaços de metais e tudo o mais que o ser ali humano joga. E ele os joga para economizar. Para



economizar um saco de lixo, ele joga lixo no terreno vizinho, e aí vem criatório do mosquito Calazar, que afeta a todos nós e aos animais. Isso é cultura, isso é educação, e essa educação tem que iniciar com a criancinha.

Sobre a questão dos maus-tratos, o abandono é o principal motivo. De todo esse número de animais que existem nas cidades, cães em especial, a grande maioria são animais semidomiciliados. São animais de proprietários que estão soltos nas ruas. Quando se fala de 7 mil ou 8 mil cães de rua, dentro de uma população de 75 mil a 80 mil cães, uns 10% apenas são cães realmente de rua; de 20% a 30% são cães semidomiciliados.

Houve até uma pergunta sobre o credenciamento dos protetores, para que eles possam levar os animais de que eles cuidam, de rua ou recentemente adotados, para que sejam castrados também. Todos os veterinários, todas as clínicas têm feito isso, de alguma forma, por um preço diferenciado, semelhante ao que a Prefeitura vai pagar, mas para os protetores sai caro. Todos os protetores custeiam isso do próprio bolso. Então, seria interessante a Prefeitura pensar que, nesse chamamento, poderiam também os protetores se credenciar junto ao CCZ, para levar os seus animais para serem castrados.

Os maus-tratos a partir do abandono são motivados pelas coisas mais torpes possíveis: o animal ficou grande, há bagunça demais em casa, o animal pegou carrapato ou pegou pulga, a cadela emprenhou e eles a soltam na rua, porque não querem a ninhada dentro de casa. Então, isso é crime mesmo e precisa ser tratado dessa forma. Por isso, nós precisamos de uma delegacia especializada em maus-tratos. Isso já existe em Juiz de Fora, em Belo Horizonte, e acho que é possível trazer isso para cá.

Eu acho que isso, da parte da Câmara Estadual — não depende da Câmara Federal —, já está bem encaminhado, e esses contatos podem ser feitos para estimular que essa vinda da delegacia seja o mais breve possível.

Práticos. Temos vários práticos na cidade. O conselho de Medicina Veterinária se isenta da responsabilidade, fala que não é responsabilidade do Conselho. Já o de Medicina, se houver um prático, ele vai em cima. O de Odontologia, se houver um prático, ele vai em cima. Mas o conselho de Veterinária se isenta da responsabilidade. *(Palmas.)*



Eu acho importante que seja tomada uma providência em relação aos práticos. Às vezes, balconistas de lojas fazem cirurgias — se sentem os veterinários e não estudaram nada! Às vezes, ex-auxiliares de veterinários fazem cirurgias. Isso é comum, todo mundo conhece inclusive os nomes dessas pessoas que atendem em domicílio e que fazem cirurgias. Isso é um absurdo! É um caso de polícia mesmo!

Bom, eu queria sugerir, Prefeito... Existe uma ONG chamada FOCA, que é especializada na capacitação dos CCZs para a captura de animais, em uma forma mais humanitária de captura. Chama-se FOCA. Eu já tentei trazê-la uma vez, na época do ex-Prefeito, mas não tinha verba, a gente tinha que custear do bolso e não foi possível trazer. Mas é interessante buscar a orientação dessa ONG para a capacitação dos membros do CCZ que vão fazer as capturas. Inclusive eu, o Dr. Joel e a Dra. Marília estivemos reunidos há pouco tempo lá, e ele mesmo sugeriu que a gente contatasse essa ONG. Eu acho importante que a Prefeitura traga essa ONG para a capacitação em relação ao bem-estar desses animais que vão ser capturados.

Quanto ao parque, houve ali um acidente gravíssimo, motivado por um incêndio, mas o Estado esteve ausente. Isto é para ser falado aqui: todos esses animais morreram, e isso poderia — não digo que seria — ter sido evitado se houvesse sido feito o aceiro, que foi solicitado pelo IEF, pelo Conselho de Lapa Grande. O Estado não quis mandar o dinheiro para fazer o aceiro do parque. Então, incriminar só o fazendeiro... Realmente, ele errou, mas incriminar só o fazendeiro? Devia incriminar o Secretário de Meio Ambiente do Estado, devia incriminar o Governador que tirou essa verba. Ele foi responsável por isso. Se tivesse feito um aceiro bem feito, podia ser que esse fogo não tivesse passado para dentro do parque nem acontecido o que aconteceu. E isso está acontecendo em todo o Estado.

O Estado se ausenta. Ele não se acha na responsabilidade de investir dinheiro para fazer um aceiro. É um absurdo!

Há mais uma coisa, e essa é séria. A senhora falou, na última reunião da Comissão a que assisti pela TV, sobre a microcefalia causada por agrotóxicos. Nós



somos líderes mundiais em consumo de agrotóxicos, e eles são grandes causadores de maus-tratos animais com relação à fauna silvestre e doméstica.

Precisa haver um controle. Precisa haver a assinatura de um técnico responsável por... Não pode ser comprado indiscriminadamente o agrotóxico.

Nas lojas, nós temos veneno para matar rato ou para matar tudo sendo vendido. É contra a lei, e está liberado, em qualquer loja a que você for, você compra.

Então, os agrotóxicos e os venenos têm que ser controlados, não podem ser vendidos indiscriminadamente. As populações animal e humana estão sofrendo nas vizinhanças de todos esses plantios que usam agrotóxico como se fosse água, na pulverização e irrigação: microcefalia, câncer e problemas respiratórios graves.

Outro detalhe que eu acho importante, em relação ao qual já deveria ter sido tomada uma providência desde o início dos trabalhos com a leishmaniose, é a exigência do exame de Calazar para o traslado dos animais. Hoje você bota um animal para fora do País sem exame de leishmaniose. Isso vai contra tudo o que se entende em termos de prevenção. A prevenção é o melhor caminho na medicina humana e em tudo. Então, assim como o aceiro, para evitar o fogo, que haja prevenção no seu âmbito geral.

Era isso o que eu queria dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos ao Dr. Eugênio.

Eu vou passar às duas últimas perguntas. Em seguida, um sorteio será feito pela Apelo Canino e haverá a entrega aqui. Peço à representação da ONG que o prepare, com a Ludmila.

Pergunta-se: *“É preciso fiscalização em pet shops. Está sendo tomada alguma providência? Quais serão as medidas tomadas para as pessoas que foram acusadas de maus-tratos de animais? Já existe alguma política pública e punição para elas? A quem devemos recorrer em caso de denúncia?”*

Com relação à primeira pergunta, a fiscalização em *pet shop* tem que ser feita mesmo. A Vigilância Sanitária tem que ser comunicada. Há representantes deles aqui também, e vamos cobrar.



Eu gostaria de lembrar que, ontem, em Belo Horizonte, foi feita uma fiscalização, com a presença da CPI, no Mercado Municipal — inclusive a *Globo* noticiou. Encontraram gatos e cães, animais de diferentes espécies, misturados, juntos, para serem vendidos. Peixes eram vendidos em copos descartáveis. Enfim, ontem foi feita essa fiscalização.

A fiscalização pode e deve ser feita, sim, e nós devemos orientar. A cidade é muito grande e devemos apontar. Quero lembrar que o Vereador Edwan do DETRAN, que é da Polícia Civil, aqui também representa o Delegado Giovani.

Respondendo a esta pergunta, se existe alguma política pública e punição com relação aos transgressores, eu recomendo a procura pelos órgãos aqui da nossa cidade.

A Dra. Aluisia esteve aqui presente também.

Com certeza, há medidas sendo tomadas em relação a quem pratica maus-tratos contra os animais, e esta CPI está apontando isso, através do nosso trabalho: apresentação de projetos de leis, no primeiro semestre, por alguns Deputados, pela própria CPI e através dos Deputados que a compõe; apresentação de projetos em regime de urgência para que haja leis que efetivamente punam aqueles que pratiquem maus-tratos contra os animais. Devemos fazer denúncia, sim — eu entreguei um manual a vocês.

Vamos solicitar à Dra. Renata Guimarães Franco, que esteve aqui, que a faculdade FUNORTE, ineditamente, possa atender, em seu Núcleo de Apoio Jurídico, as pessoas que necessitarem fazer uma denúncia formal. Nós vamos fazer isso junto com o Prof. Jivago, que cuida do nosso Núcleo, que já atende a população em diversas áreas: cível, penal e também com relação ao direito dos animais.

O Prof. Délcio nos questionou aqui, e eu queria lembrá-lo de que, quando eu era Secretária, eu via não só o Prefeito, porque muitas vezes ele não estava na cidade, estava em alguma missão, mas também o nosso Vice-Prefeito José Vicente dar posse a vários conselhos. Eu mesma já me debrucei sobre a minha mesa na Prefeitura para ligar pedindo às pessoas que comparecessem, porque muitas vezes não havia quórum em alguns conselhos.

Então, a responsabilidade é de cada um de nós. Haverá representação aqui até o final da Prefeitura. Quero conclamar todos a que possamos efetuar isso.



Lembro que no dia 10 esta Câmara vai ser palco novamente de discussões sobre questões locais, com as debatidas aqui durante a manhã inteira, com a presença do nosso Deputado Ricardo Izar, Presidente desta Comissão.

O Relator desta importante Comissão, Deputado Ricardo Tripoli, de São Paulo, é um estudioso nessa área. Ele já se comprometeu conosco em estar aqui em outros momentos.

O Dr. Eugênio também perguntou sobre a possibilidade de a Prefeitura convocar uma ONG para vir aqui falar. Isso também pode ser feito por intermédio do nosso Gabinete. Estamos aqui para ajudar a cidade e o Prefeito, trazendo essas pessoas aqui. Há também as universidades e as faculdades. Podemos fazer isso de forma conjunta. Este debate não se encerra aqui, hoje, com a vinda da CPI. Abre-se esta discussão.

O Dr. Eugênio também me provocou com relação a colocar o tema como disciplina obrigatória. Infelizmente, eu não posso fazer isso. Eu sou da Comissão de Educação e gostaria muito de incluir dois temas nos currículos das escolas, como vocês sabem. Um deles é este, o outro é a questão do trânsito. Eu sou médica de trânsito há mais de 30 anos e acredito que temos que educar as pessoas para o trânsito. Da mesma forma, outros Parlamentares têm outras ideias e querem transformá-las em disciplina.

Na Comissão de Educação, na legislatura anterior, estabeleceu-se uma regra, porque, senão, cada Deputado do Brasil inteiro ia querer trazer uma disciplina para o currículo, o que seria impossível. Então, o MEC, junto com a nossa Comissão de Educação, estabeleceu que podemos fazer indicação. Assim, eu fiz a indicação ao Ministério de que estude o assunto. Ele é que tem autonomia para fazer essa inclusão. Mas temos que estar prontos para o debate. Eu me coloco à disposição para ir às escolas. As crianças também precisam muito disso, e eu quero estar lá, falar a linguagem delas.

Na Semana do Meio Ambiente, eu me dispus a ir a várias escolas, e fui — isso foi divulgado na minha rede social. Em algumas escolas, eu percebi que um determinado tema não era trabalhado como disciplina, mas deveria ser trabalhado. A minha ida lá os provocou a lembrar e, novamente, discutir com a nossa Secretária



de Educação, com a nossa Superintendente de Ensino na época, para que debatêssemos esse assunto.

Eu acho que não se pode ficar na postura de só reclamar. Eu costumo dizer que sou uma pessoa otimista e quero ajudar muito nisso aí.

Eu quero agradecer a participação de todos vocês. Quem ficou até o final é realmente gente interessada e que vai provocar muitas e muitas discussões. Com certeza, a contribuição de Montes Claros... O Paulão e as nossas taquígrafas anotaram tudo. A equipe é muito competente. Isso vai fazer parte do nosso relatório. Briguei muito para que pudéssemos estar aqui. O nosso relatório final — o Paulão está colocando — deve ser votado na quinta-feira. Acho importante essa contribuição de Montes Claros, do norte de Minas Gerais.

Agradeço ao Vereador Edwan, que ficou até agora. Agradeço também ao Vereador Pezão, que veio de tão longe para estar conosco. Agradeço ao meu Gabinete, nas pessoas da Valquiria, do Jadir e da Ludmila. Agradeço à Prefeitura e às diversas pessoas que a compõem o apoio. Sem a Prefeitura, ficaria difícil fazer esse debate.

Posso afirmar que o Ruy recebeu uma herança muito importante: na nossa Secretaria de Saúde, o componente da área de zoonoses, uma sede gigante, enorme, com profissionais extremamente competentes, antenados com o Governo Federal — eles participam prontamente de todas as medidas que saem de lá. Trabalhei como Secretária, muito próxima a eles.

Tenham certeza de que vocês foram inspiração para que eu participasse desta importante Comissão.

O Prefeito quer fazer uma colocação. Vou dar a palavra para ele antes de fazer o encerramento e o sorteio.

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - Quero somente reforçar essa questão da criação de disciplinas. Todo o mundo pensa: *“Eu vou criar uma disciplina de educação financeira, disciplina de educação sexual, disciplina de cidadania, disciplina para ensinar as crianças a prevenir a corrupção”*. Só mesmo quem não conhece a educação básica é que pode pedir para criar uma disciplina dessas, porque todos esses temas são trabalhados. Devem ser tratados em seminários e



cartilhas, mas são continuamente trabalhados. Fazem parte do planejamento de todas as escolas essas temáticas.

A questão toda é o exemplo: a criança vê, em teoria, que a sociedade é formada de cidadãos, que cada um tem seus direitos e que cada um tem suas obrigações. Quando sai para o mundo real, ela vê o contrário. O exemplo educa muito mais que mil palavras, que o currículo. O exemplo das pessoas adultas, das lideranças, dos pais, jogando lixo em qualquer lugar, depositando entulhos em lotes vagos. Essa é a prática.

Então, há que se preparar, sim, essas crianças para amanhã serem cidadãos nota dez, mas nós temos que trabalhar também o adulto. Se o adulto entende com repressão, tem que haver repressão. Não pode haver omissão.

Foi o que nós fizemos com relação ao trânsito, Deputada Raquel Muniz. O povo brigou conosco. Eu dei autonomia para a MCTRANS. Colocamos mais guardas, fizemos convênio com a Polícia Militar. Moralizamos o trânsito. Ninguém reclama mais de congestionamento no centro, de fila dupla na porta de escola, de conversão em lugares em que isso não pode ser feito. Fez, é multado. Parou o carro em lugar que não pode, é multado. Aí a pessoa aprendeu. Hoje já começa a funcionar melhor o trânsito. Tem de haver a repressão. A polícia é importante.

Por último, só para reforçar, encomendei projeto para dar entrada na Câmara Municipal, na próxima terça-feira, às 7 horas da manhã. Já vamos protocolar, hoje à tarde, até às 17 horas, na Câmara, o projeto de lei que põe fim ao transporte de tração animal em Montes Claros. Acho que um grande avanço desta CPI foi encorajar os colegas Vereadores para que estabeleçamos isso. Se vai ser no centro ou nos bairros, onde for... Eu proponho, realmente, pôr fim a isso no Município de Montes Claros.

O que ocorre? Qual vai ser a alternativa? Não é autoritarismo isso, não? Existe alternativa. Nós conseguimos para todos os carroceiros uma linha de crédito imediata para que eles adquiram uma moto com uma carretinha. Isso é fácil, é barato — não custa 8 mil reais. Isso pode ser pago em 24 meses, 36 meses, 48 meses.

Proponho um programa de imediato para contratar pessoas remuneradas por volume transportado, para fazer a coleta de resíduos dos bairros e levar para o



aterro. Isso tem solução. Desde o início do meu Governo, eu propus isso. Não tive apoio nem do Ministério Público, nem dos Vereadores, nem da classe política, nossa assessoria. *“Ruy, vai comprar briga com os carroceiros.”* Não tem jeito.

Eu vou dar um último exemplo para vocês verem como é. Falaram que era falta de casco. Eu coloquei quatro caçambas na Avenida São Judas. Estão lá. Pode passar lá. Antes da Ponte Preta há quatro caçambas. Os carroceiros não colocam lixo ali. Colocam ao longo da linha, sujando a via todos os dias. Todos os dias! Nós limpamos toda semana. Pode ir lá hoje, que está sujo de novo.

Fazem até de maldade. Sabe o que eles falam: *“Eu quero ver quem me impede. Olha o meu facão aqui. Chama a polícia. Você vai ver!”*. É assim que eles fazem. O povo tem medo. Os vizinhos têm medo. As pessoas, às vezes, fotografam. Eu tenho inúmeras fotos, com a placa, em que eles aparecem depositando lixo. Não tem diálogo com esse pessoal. O que tem de ser feito? Normatizar. Normatizou, farei a lei ser cumprida. A polícia está aí, a guarda municipal está aí, a MCTRANS está aí, para garantir o cumprimento das leis. Isso tem de ser feito. Isso faz a cidade avançar, melhora a cidade como um todo.

Por último, peço licença para fazer um sorteio. A ONG Apelo Canino vai distribuir as canecas e as blusas. Peço ao Tenente Emerson para escolher um número de 1 a 133.

O SR. EMERSON MARTINS DA SILVA - Número 50.

O SR. RUY ADRIANO BORGES MUNIZ - A pessoa que ganhou a primeira caneca...